



Ministério da Educação
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

Termo de Referência

Aquisição de recursos e equipamentos para suporte e ampliação da solução de backup e recovery do centro de processamento de dados do Ministério da Educação – MEC.

Brasília/DF, 16/12/2020.

Seção I – Da definição do objeto e dos objetivos da contratação.....	1
1 Objeto da contratação	1
1.1 Descrição do objeto.....	1
1.2 Descrição dos requisitos gerais e específicos	1
1.2.1 Requisitos de segurança da informação.....	1
1.2.2 Requisitos sociais, culturais e ambientais	2
1.2.3 Requisitos de garantia técnica.....	2
2 Justificativa da contratação	3
2.1 Resultados e benefícios pretendidos	3
2.2 Estimativa da demanda.....	3
2.3 Alinhamento com as estratégias organizacionais	4
2.4 Alinhamento com leis, normas e regulamentos	4
3 Responsabilidades das partes.....	5
3.1 Responsabilidades do contratante	5
3.2 Responsabilidades da contratada.....	6
Seção II – Da execução do objeto e da gestão do contrato	7
4 Modelo de execução	7
4.1 Vigência e alterações contratuais	7
4.1.1 Da vigência contratual	7
4.1.2 Do reajuste de preços.....	8
4.1.3 Das alterações contratuais	8
4.2 Condições gerais de execução	8
4.2.1 Do local de execução.....	8
4.2.2 Dos prazos e horários de execução	8
4.2.3 Do preposto da contratada	8
4.3 Modelo de remuneração	8
4.4 Critério de aceitação do objeto	9
4.4.1 Regras gerais de avaliação dos bens.....	9
4.5 Níveis mínimos de serviço exigidos	9
4.6 Procedimentos formais de interação e comunicação	10
4.6.1 Da reunião inicial	10
4.6.2 Do encaminhamento das demandas	10
4.6.3 Dos relatórios de serviço de garantia/assistência técnica	11
4.6.4 Da transição contratual	12
5 Modelo de gestão do contrato	12
5.1 Monitoramento da execução contratual	12
5.1.1 Da fiscalização do contrato	12
5.1.2 Do recebimento do objeto e da avaliação de qualidade e conformidade	12
5.1.3 Dos procedimentos administrativos de pagamento	13
5.2 Aplicação de instrumentos de medição de resultados.....	15
5.2.1 Da aplicação dos critérios de aceitação	15
5.2.2 Dos critérios de aplicação de reduções ao pagamento	15
5.2.3 Dos procedimentos de testes e inspeções	15
5.2.4 Origem e forma de obtenção de informações para gestão e fiscalização	15
5.3 Sanções administrativas	16
5.3.1 Advertência	16
5.3.2 Multa	16
5.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão.....	18
5.3.4 Impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União	19
5.3.5 Declaração de inidoneidade	19

5.3.6	Considerações finais acerca das sanções administrativas.....	19
Seção III – Da estimativa de preços e do orçamento.....		20
6	Estimativa de preços e adequação orçamentária	20
6.1	Estimativa de preços	20
6.2	Adequação orçamentária	20
Seção IV – Da classificação do objeto e da forma de seleção do fornecedor.....		21
7	Da classificação do objeto e do regime de execução.....	21
7.1	Classificação do objeto	21
7.1.1	Do tipo de bem.....	21
7.1.2	Do regime de execução	21
8	Dos critérios de seleção do fornecedor	21
8.1	Modalidade e tipo de licitação	21
8.1.1	Da modalidade de licitação e do critério de julgamento	21
8.1.2	Do parcelamento ou não parcelamento da solução	21
8.2	Critérios de seleção do fornecedor	21
8.2.1	Dos critérios técnicos de habilitação.....	21
8.2.2	Critérios de julgamento	23
8.2.3	Critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais	24
Seção V – Das demais condições aplicáveis		25
9	Demais condições gerais	25
9.1	Da garantia de execução	25
9.2	Do provimento de recursos necessários à execução contratual	26
9.3	Da propriedade intelectual	26
9.4	Das condições de sigilo e segurança das informações	26
9.5	Da participação de consórcios e cooperativas	27
9.6	Da aplicação de direitos de preferência	27
9.7	Da admissibilidade e dos limites de subcontratação	27
9.8	Da alteração subjetiva	27
9.9	Dos casos omissos	27
10	Aprovação.....	27

Lista de Encartes

ENCARTE A	DETALHAMENTO DOS REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES: ITEM 1	28
ENCARTE B	DETALHAMENTO DOS REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES: ITEM 2	30
ENCARTE C	DETALHAMENTO DOS REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES: ITEM 3	31
ENCARTE D	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	32
ENCARTE E	MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO	34
ENCARTE F	TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	35
ENCARTE G	MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL	38
ENCARTE H	MODELO DE TERMO DE GARANTIA TÉCNICA	39
ENCARTE I	MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE.....	41

Lista de Quadros

QUADRO 1: Detalhamento do Objeto.....	1
QUADRO 2: Estimativa anual de volume de bens e/ou serviços.....	3
QUADRO 3: Período de execução operacional	8
QUADRO 4: Descrição dos eventos de transição contratual.....	12
QUADRO 5: Relação de gradação e correspondência de valores para aplicação de multas.	17
QUADRO 6: Relação de infrações e gradação de referência para aplicação da sanção de multa	17
QUADRO 7: Estimativa de preços da contratação.....	20
QUADRO 8: Detalhamento do orçamento estimado.....	20

SEÇÃO I – DA DEFINIÇÃO DO OBJETO E DOS OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO**1 Objeto da contratação**

Aquisição de recursos e equipamentos para suporte e ampliação da solução de backup e recovery do centro de processamento de dados do Ministério da Educação – MEC, de acordo com as especificações, as métricas e os padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e em seus encartes.

QUADRO 1: DETALHAMENTO DO OBJETO.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS (EM REAIS / POR ITEM)	
					UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Biblioteca de Backup Automatizada (<i>Tape Library</i>) com 2 (dois) drives LTO 6 e 4 (quatro) drives LTO 8, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	11584	Unidade	1	R\$ 172.493,67	R\$ 172.493,67
2	Switch Fibre Channel com 24 portas de 16 Gbps licenciadas e habilitadas, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	122971	Unidade	2	R\$ 96.904,50	R\$ 193.809,00
3	Cartuchos de fita magnética padrão LTO 8, contemplando etiquetas com código de barras e garantia de 12 (doze) meses.	11142	Unidade	50	R\$ 1.206,02	R\$ 60.301,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 426.603,67						

1.1 Descrição do objeto

Trata-se de procedimento licitatório destinado à contratação de empresa para o fornecimento de SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, pelo regime de empreitada por preço unitário, para suporte e ampliação de backup e recovery do centro de processamento de dados do Ministério da Educação - MEC, conforme as seguintes descrições:

- ITEM 1: Biblioteca de Backup Automatizada (*Tape Library*) com 2 (dois) drives LTO 6 e 4 (quatro) drives LTO 8, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site, conforme especificações detalhadas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- ITEM 2: Switch Fibre Channel com 24 portas de 16 Gbps licenciadas e habilitadas, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site, conforme especificações detalhadas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- ITEM 3: Cartuchos de fita magnética padrão LTO 8, contemplando etiquetas com código de barras e garantia de 12 (doze) meses, conforme especificações detalhadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

1.2 Descrição dos requisitos gerais e específicos

O conjunto de características e especificações necessárias e suficientes para definir a solução de TIC a ser contratada (requisitos) foi elaborado de acordo com o ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, considerando o disposto no art. 16 da IN-01/2019/SGD, e encontram-se detalhados nos seguintes encartes deste TERMO DE REFERÊNCIA:

Detalhamento dos requisitos específicos		
ITEM	ENCARTE	PÁGINA
1	ENCARTE A	p. 28
2	ENCARTE B	p. 30
3	ENCARTE C	p. 31

1.2.1 Requisitos de segurança da informação

O OBJETO deve ser executado em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC) – em especial atenção à Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD); ao Decreto Federal nº 3.505, de 13 de junho de 2000, à Instrução

Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares); à Política de Segurança da Informação e Comunicações do CONTRATANTE e suas normas complementares – no que for aplicável.

1.2.2 Requisitos sociais, culturais e ambientais

No que couber, visando a atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas 05/2017/SEGES e 01/2019/SGD – a CONTRATADA deverá priorizar, para a execução do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

1.2.3 Requisitos de garantia técnica

Esse requisito tem por finalidade central buscar garantir que a CONTRATADA entregue serviços de suporte/assistência técnica com alto nível de qualidade, uma vez que a mesma será responsável por corrigir todas as falhas nos produtos ofertados.

A CONTRATADA deverá prestar a GARANTIA TÉCNICA pelo prazo de **60 (sessenta) meses** para os itens 1 e 2 (equipamentos), na forma on-site e englobando suporte técnico, peças e serviços, e **12 (doze) meses** para o item 3 (suprimentos), a contar da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto. A identificação e a comunicação de defeitos dos produtos deverão ser efetuadas dentro do período de GARANTIA TÉCNICA, devendo a totalidade dos defeitos reportados ser corrigida pela CONTRATADA, ainda que a conclusão do serviço extrapole esse período.

A CONTRATADA deverá fornecer Termo de Garantia Técnica, segundo modelo previsto no **ENCARTE H** deste TERMO DE REFERÊNCIA, contendo as disposições gerais da garantia, incluindo, dentre outras informações, prazos e formas de atendimento.

Qualquer despesa decorrente da execução das atividades de garantia técnica será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Durante a vigência da garantia os chamados técnicos, sem limite de quantidade, poderão ser abertos em regime 24x7 via discagem direta gratuita (linha 0800) ou via sistema próprio da CONTRATADA, disponível em ambiente web e acessível através da Internet, caracterizando a abertura do chamado.

Em todas as atividades de assistência técnica e suporte, os atendentes deverão empregar a língua portuguesa, exceto no uso de termos técnicos e na utilização de textos técnicos, que poderão estar redigidos em Inglês.

A CONTRATADA deverá fornecer atendimento em regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana).

Os chamados técnicos deverão ser atendidos e solucionados levando em consideração os itens abaixo, referente aos níveis mínimos de serviço:

- a) Tempo de Atendimento: 2 (duas) horas; e
- b) Tempo de Solução: 24 (vinte e quatro) horas.

O atendimento poderá ser realizado inicialmente de forma remota, sendo necessário atendimento no local quando todas as possibilidades de restabelecimento remoto do equipamento tenham sido exauridas. O uso da modalidade remota não afeta de forma alguma a contagem do prazo estipulado. Os reparos necessários deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (modalidade on-site).

O problema de equipamento defeituoso, caso comprovado, deverá ser sanado dentro dos prazos estipulados. Quando não for possível solucionar o problema no prazo estipulado, deverá ser fornecido outro equipamento de igual configuração ou superior, até a resolução definitiva do problema.

Durante a execução dos serviços de suporte técnico, somente poderão ser utilizadas peças e componentes novos e originais. No caso de ocorrência de substituição de peças, partes ou troca técnica de equipamentos, além de zelar pela destinação final ambientalmente correta desses itens, a CONTRATADA deverá adotar todas as medidas necessárias à inutilização e ou destruição de eventuais conteúdos e/ou informações do CONTRATANTE contidas nesses ativos – responsabilizando-se, inclusive, pelo uso indevido desses conteúdos e/ou informações.

Durante todo o período da prestação de serviços de garantia técnica, a CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE um login de acesso personalizado ao sítio internet do fabricante, onde deverá ser possível acompanhar a validade garantia do equipamento e, em área própria para o modelo ofertado, recursos para consulta e download de:

- a) Softwares, drivers e firmwares (atualizações e/ou versões completas);
- b) Manuais de usuário e dos equipamentos;
- c) Banco de solução para suporte ao software e hardware instalados de fábrica.

Durante o período de garantia, devem ser instaladas, sem ônus ao CONTRATANTE, todas as atualizações de software e firmware para os equipamentos, sempre que necessário.

Todos os equipamentos deverão ser previamente registrados pelo fornecedor junto ao fabricante, em nome do CONTRATANTE, caso seja uma exigência para fins de garantia.

Nos casos de ocorrência de vícios insanáveis e/ou recorrência de problemas técnicos (configurada após a terceira manutenção corretiva consecutiva) e/ou atestada a perda (total ou parcial) insanável de funcionalidades e/ou sempre que determinado pela CONTRATADA ou pela rede oficial de assistência técnica, o equipamento deverá ser substituído por outro novo e de primeiro uso, com características e capacidades iguais ou superiores ao item substituído, sem custo adicional ao CONTRATANTE.

2 Justificativa da contratação

A contratação do objeto visa atender à necessidade de continuidade dos serviços de backup no MEC, permitindo, entre outros: reestabelecer o serviço de backup de longa retenção; viabilizar a restauração de dados realizados em fitas LTO; e fornecer recursos para viabilizar a continuidade do negócio; visto que a solução hoje utilizada no ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação do Ministério da Educação – MEC possui mais de 5 (anos) de vida, encontra-se sem garantia de suporte e assistência técnica e vem apresentando problemas técnicos que têm impactado a efetiva prestação de serviços pelo Ministério.

2.1 Resultados e benefícios pretendidos

Os benefícios/resultados a serem alcançados com a presente contratação são:

- a) Continuidade do serviço de backup e restauração em fitas magnéticas com equipamentos novos, que possuam seus serviços de manutenção (garantia técnica) ativos;
- b) Realização de backup em fitas LTO 6 disponíveis em estoque, e a restauração de backups em fitas LTO 4, 5 e 6, com a previsão de drives LTO 6;
- c) Maior capacidade de armazenamento nativo/comprimido, 12/30 TB (LTO 8) contra 2,5/6,25, TB (LTO 6), proporcionando menor consumo de espaço físico, tanto nos cofres no site local, quanto nos armários do site remoto;
- d) Maior taxa de transferência nativa, 300 MB/s (LTO 8) contra 160 MB/s (LTO 6);
- e) Menor risco de indisponibilidade, por se tratar de continuidade do serviço com equipamentos novos, de primeiro uso.

2.2 Estimativa da demanda

De forma consolidada, o volume de bens necessários ao atendimento da necessidade, conforme suas métricas específicas, é a seguinte:

QUADRO 2: ESTIMATIVA ANUAL DE VOLUME DE BENS E/OU SERVIÇOS.

Estimativa da demanda de bens a serem contratados				
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Biblioteca de Backup Automatizada (<i>Tape Library</i>) com 2 (dois) drives LTO 6 e 4 (quatro) drives LTO 8, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	11584	Unidade	1
2	Switch Fibre Channel com 24 portas de 16 Gbps licenciadas e habilitadas, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	122971	Unidade	2
3	Cartuchos de fita magnética padrão LTO 8, contemplando etiquetas com código de barras e garantia de 12 (doze) meses.	11142	Unidade	50

Hoje, a camada de hardware da solução de backup em fita existente no ambiente de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação - MEC é composta por 1 (um) *Tape Library Quantum Scalar i80* e por 2 (dois) *Switches Fibre Channel Brocade 6510 com 24 portas de 8 Gbps*, adquirida pelo Ministério em 2015 como composição suficiente e necessária para atender a demanda do órgão. Todavia, os equipamentos que integram a solução encontram-se sem suporte e garantia de manutenção, inclusive, a *Tape Lybrare*, vem apresentando defeito no seu braço robótico desde o primeiro semestre de 2020, o que impossibilita tanto o armazenamento como a restauração de dados armazenados em fitas LTO-4, LTO-5 e LTO-6, sendo que, após avaliação por equipe técnica, identificou-se que a solução definitiva é sua substituição.

Dessa forma, considerando que os equipamentos atuais vem apresentando defeitos, possuem mais de 5 (cinco) anos de vida e, por isso, estão sem suporte e garantia de manutenção e, especialmente, da comprovada necessidade e viabilidade técnica pela substituição da solução existente, resta motivada e justificada o quantitativo pretendido para a contratação.

Outrossim, a aquisição do quantitativo de 50 fitas magnéticas LTO-8 (item 3) se justifica com vistas a compor os recursos hoje existentes no MEC, visto que são consumidas pelo Ministério em torno de 100 (cem) unidades por ano.

2.3 Alinhamento com as estratégias organizacionais

Objetivos(s) Estratégico(s) - PDTIC MEC 2017-2020:

- a) ID 1 - Prover os serviços na forma de plataformas digitais que suportem a Estratégia da Organização
- b) ID 2 - Disponibilizar os dados abertos e transparentes
- c) ID 3 - Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos Serviços Digitais
- d) ID 4 - Sustentar, apoiar, suportar programas e políticas do MEC através de Serviços de TIC
- e) ID 5 - Facilitar e universalizar o uso e o acesso aos Serviços Digitais
- f) ID 6 - Instrumentar a Governança de Dados.
- g) ID 7 - Prover planejamento de capacidade da infraestrutura e serviços de TIC alinhado às demandas do negócio.
- h) ID 8 - Realizar a contratação de bens e serviços de TIC alinhados às necessidades do negócio
- i) ID 9 - Adotar modelos de serviços que permitam a sinergia, compartilhamento e integração de serviços, notadamente o modelo de nuvem privada
- j) ID 10 - Expandir e inovar a prestação de Serviços Digitais
- k) ID 11 - Ter um corpo de TIC capacitado e engajado.

Necessidade(s) - PDTIC MEC 2017-2020:

- a) ID 24 - Dispor de solução de backup e recuperação de dados.

Alinhamento ao PAC 2019-2020:

- a) ID 26 - Solução de backup

2.4 Alinhamento com leis, normas e regulamentos

Na elaboração deste documento foram observadas, dentre outras, as seguintes fontes legais e normativas:

- a) Lei Federal nº 8.666/1993: institui normas gerais para licitações e contratos na Administração Pública e dá outras providências;
- b) Lei Federal nº 10.520/2002: institui a modalidade de licitação denominada pregão eletrônico para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências;
- c) Lei Complementar nº 123/2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;
- d) Decreto nº 7.174/2010: regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- e) Decreto 7.746/2012: regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela

- administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- f) Decreto nº 7.903/2013: estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da administração pública federal para aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação que menciona;
 - g) Decreto nº 8.420/2015: regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências;
 - h) Decreto nº 9.507/2018: dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
 - i) Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 27 de junho de 2014: dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral e suas alterações;
 - j) Instrução Normativa SEGES/ME nº 01, de 10 de janeiro de 2019: dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações;
 - k) Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 4 de abril de 2019: dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal; e
 - l) Portaria MEC nº 120, de 2016, que institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.

3 Responsabilidades das partes

3.1 Responsabilidades do contratante

São responsabilidades do CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b) Nomear GESTOR e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do CONTRATO para exercer o acompanhamento e fiscalização da execução contratual e mantendo, inclusive, o registro histórico devidamente documentado, conforme o disposto inc. XIV do art. 33 da IN-01/2019/SGD;
- c) Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de ORDENS DE FORNECIMENTO, de acordo com os critérios estabelecidos nesse TERMO DE REFERÊNCIA, observando-se o disposto no art. 32 da IN-01/2019/SGD;
- d) Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a PROPOSTA aceita, conforme inspeções realizadas, observando o disposto no art. 33 da IN-01/2019/SGD;
- e) Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- f) Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- g) Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- h) Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA dentro dos prazos e condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- i) Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto do contrato;

- j) Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/201;
- k) Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como: (i) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário; (ii) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS; e (iii) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- l) Fornecer por escrito (ou por outro meio hábil ajustado entre as partes) as informações necessárias para a execução do objeto do CONTRATO;
- m) Realizar avaliações periódicas da qualidade do objeto contratado, após seu recebimento;
- n) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- o) Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas;
- p) Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666/1993; e
- q) Não transferir à CONTRATADA a responsabilidade para realização de atos administrativos ou a tomada de decisão pelo órgão.

3.2 Responsabilidades da contratada

São responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar o contrato conforme especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA e de sua PROPOSTA, com o fornecimento do objeto de acordo com as quantidades, qualidades e especificações mínimas estabelecidas;
- b) Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- c) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo GESTOR DO CONTRATO, entregas efetuadas em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto;
- d) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à UNIÃO ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da GARANTIA, caso exigida no EDITAL, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) Quando especificado, manter durante a execução do CONTRATO equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação de acordo com os requisitos contratados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- f) Vedar a utilização, na execução do objeto, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- h) Arcar com todos os custos administrativos de sua responsabilidade relacionados ao OBJETO e à execução do CONTRATO – responsabilizando-se inclusive por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

- i) Informar prontamente ao CONTRATANTE sobre fatos e/ou situações relacionadas à execução do objeto contratado que representem risco ao êxito da contratação ou o cumprimento de prazos exigidos, além de responsabilizar-se pelo conteúdo e veracidade das informações prestadas - sob pena de incorrer em situações de dolo ou omissão;
- j) Comunicar ao GESTOR/FISCAL DO CONTRATO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique na execução do objeto;
- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução do objeto;
- l) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do CONTRATO;
- n) Promover a organização técnica e administrativa das atividades, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este TERMO DE REFERÊNCIA, no prazo determinado;
- o) Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações e/ou modelo de execução;
- p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q) Manter durante toda a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- r) Executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- s) Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do GESTOR DO CONTRATO, inerentes à execução do objeto contratual e propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- t) Cumprir com todas as obrigações inerentes a garantia técnica dos bens fornecidos, em especial quanto aos prazos e condições firmadas;
- u) Zelar pelo cumprimento de leis e normas relativas à segurança e medicina do trabalho durante a execução de quaisquer serviços de sua responsabilidade nas instalações do CONTRATANTE. Assim como cumprir as normas do CONTRATANTE aplicáveis em suas instalações funcionais, inclusive regras de acesso e controles de segurança; e
- v) Manter o mais **rigoroso sigilo** sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que a ela venham a ser confiados ou que venha a ter acesso em razão da execução do objeto, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los, reproduzi-los ou deles dar conhecimento a quaisquer terceiros.

SEÇÃO II – DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA GESTÃO DO CONTRATO

4 Modelo de execução

4.1 Vigência e alterações contratuais

4.1.1 Da vigência contratual

A vigência do CONTRATO será de **12 (DOZE) MESES**, não admitida a prorrogação. A GARANTIA TÉCNICA dos itens 1 e 2 terá vigência de 60 (sessenta) meses a contar da data de RECEBIMENTO DEFINITIVO, e do item 3 a vigência de 12 (meses), também a contar da data de RECEBIMENTO DEFINITIVO do produto.

Após ser convocada pela Administração, a adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinar o Termo de CONTRATO. O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação de GARANTIA CONTRATUAL, dentre uma das modalidades definidas no § 1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato.

O encerramento da vigência contratual não interrompe a obrigação de prestação da GARANTIA TÉCNICA, devendo a CONTRATADA honrá-la durante todo o período estabelecido para cada um dos itens contratados, na forma e condições definidas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.1.2 Do reajuste de preços

Por tratar-se de fornecimento de bens, com prazo de vigência contratual de 12 (doze) meses, os preços serão fixos e irrevogáveis.

4.1.3 Das alterações contratuais

Nos termos da legislação em vigor, durante a fase de execução do objeto o CONTRATO poderá ser alterado, desde que justificadamente, na forma prevista no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE.

4.2 Condições gerais de execução

4.2.1 Do local de execução

O endereço de referência para execução do objeto contratado é a Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC, localizada no Ministério da Educação - MEC situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco "L", Anexo II, CEP 70.047-900, Brasília/DF.

4.2.2 Dos prazos e horários de execução

Para a execução do objeto, deverão ser observados os seguintes prazos e horários:

- b) ENTREGA: os bens deverão ser entregues no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO emitida pela CONTRATANTE;
- c) GARANTIA TÉCNICA: os serviços pertinentes a garantia/assistência técnica aos bens contratados deverão ser executados durante o prazo de 60 (sessenta) meses para os itens 1 e 2, na forma on-site, e por 12 (doze) meses para o item 3, a contar do RECEBIMENTO DEFINITIVO dos produtos.

A entrega dos bens deverá ocorrer preferencialmente de forma agendada, em dias úteis, no horário entre 08hs às 12hs e de 14hs às 18hs.

4.2.3 Do preposto da contratada

A CONTRATADA deverá indicar PREPOSTO (*account manager*), que será responsável por acompanhar a execução do CONTRATO e atuar como interlocutor administrativo principal junto ao CONTRATANTE incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução contratual.

Do período de execução operacional

QUADRO 3: PERÍODO DE EXECUÇÃO OPERACIONAL

Execução operacional		
ID	DESCRIÇÃO DO MARCO	PRAZO LIMITE (EM DIAS)
1	Prazo limite para entrega dos bens.	Em até, 45 (quarenta e cinco) dias contados do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS
2	Prazo limite para instalação dos equipamentos (itens 1 e 2).	Limitado a 10 (dez) dias após a ENTREGA do objeto

4.3 Modelo de remuneração

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	EXECUÇÃO	PERCENTUAL DE PAGAMENTO
1	Biblioteca de Backup Automatizada (<i>Tape Library</i>) com 2 (dois) drives LTO 6 e 4 (quatro) drives LTO 8,	Entrega + Instalação	100%

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	EXECUÇÃO	PERCENTUAL DE PAGAMENTO
2	contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site. Switch Fibre Channel com 24 portas de 16 Gbps licenciadas e habilitadas, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	Entrega + Instalação	100%
3	Cartuchos de fita magnética padrão LTO 8, contemplando etiquetas com código de barras e garantia de 12 (doze) meses.	Entrega	100%

4.4 Critério de aceitação do objeto

A avaliação da qualidade dos bens entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

- Critério de Completude: serão considerados incompletos e, por isso, serão rejeitados, produtos entregues sem que todos os elementos estejam presentes e/ou cujas especificações estabelecidas não sejam atendidas;
- Critério de Consistência: serão considerados inconsistentes e, por isso, serão rejeitados, produtos entregues com inconformidades técnicas que impeçam o seu efetivo uso;
- Critério de Qualidade: serão considerados com vícios e, por isso, serão rejeitados, produtos entregues com inadequações em sua estrutura característica ou que não atendam ao fim que se destina.

4.4.1 Regras gerais de avaliação dos bens

Todos os bens deverão ser entregues pela CONTRATADA novos (incluindo todas as peças e componentes que compõe o produto, completos e prontos para utilização); de primeiro uso, ou seja, sem que já tenha sido utilizado anteriormente; não recondicionados; e, também, que estejam em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante (não serão aceitos produtos end-of-life). Os bens, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial.

Outrossim, devem ser fornecidos acondicionados em embalagens individuais, lacradas, com o menor volume possível desenvolvidas para o produto, que se utilize preferencialmente de materiais recicláveis e de modo a garantir um transporte seguro em quaisquer condições e limitações que possam ser encontradas

Todos os componentes que compõe o produtos, e respectivas funcionalidades, deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

O número de série de cada bem deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do produto e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

Os bens deverão atender às especificações técnicas mínimas apresentadas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

Serão recusados os bens que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

4.5 Níveis mínimos de serviço exigidos

Os prazos de EXECUÇÃO do objeto e de atendimento e resolução das solicitações de ASSISTÊNCIA TÉCNICA em garantia devem observar os seguintes Níveis Mínimos de Serviço a seguir:

Níveis de serviços		
ID	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Entrega dos bens contratados	45 dias, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens

Níveis de serviços		
ID	DESCRIÇÃO	PRAZO
2	Instalação dos equipamentos (itens 1 e 2)	10 dias, a contar da entrega dos equipamentos
3	Atendimento remoto para assistência/consulta	Imediato
4	Atendimento on-site (local) para assistência	Até 02 horas, a contar do registro da solicitação
5	Resolução de problemas de manutenção/assistência	Até 24 horas, a contar da identificação do problema
6	Substituição de peças/componentes	Até 05 dias, a contar do registro técnico de identificação/recomendação da solução técnica
7	Substituição do equipamento	Até 30 dias, a contar do registro técnico de identificação/recomendação da solução técnica

Caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, a CONTRATADA estará sujeita às sanções. À critério do CONTRATANTE, poderá ser admitido pedido de prorrogação dos prazos mediante justificativas por escrito plenamente fundamentadas, dentro do período correspondente ao prazo de execução estabelecido.

4.6 Procedimentos formais de interação e comunicação

4.6.1 Da reunião inicial

O CONTRATANTE, por intermédio do GESTOR DO CONTRATO, convocará a CONTRATADA, imediatamente após a assinatura do CONTRATO, para reunião de alinhamento de entendimentos e expectativas – ora denominada REUNIÃO INICIAL – com o objetivo de:

- Alinhar a forma de comunicação entre as partes, que deverá ocorrer preferencialmente entre o CONTRATANTE e o PREPOSTO da CONTRATADA;
- Definir as providências necessárias para inserção da CONTRATADA no ambiente de execução do objeto;
- Definir as providências de entrega dos bens;
- Alinhar entendimentos e expectativas quanto aos modelos de execução e de gestão do CONTRATO.

Na REUNIÃO INICIAL a CONTRATADA deverá:

- Apresentar seu PREPOSTO;
- Apresentar o TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (**ENCARTE F**) devidamente assinado por seu representante legal;
- Apresentar o TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (**ENCARTE G**) devidamente assinado pelo PREPOSTO e por seus funcionários que serão diretamente envolvidos na execução do objeto contratado (PREPOSTO e outros funcionários diretamente envolvidos); e
- Realizar apresentação técnica do seu processo de trabalho para execução do contrato.

Havendo necessidade outros assuntos de comum interesse poderão ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Todas as atas de reuniões e as comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do CONTRATO.

Considerando o disposto no parágrafo único do art. 31 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD a reunião inicial “é dispensável para soluções compostas exclusivamente por fornecimento de bens de TIC”.

4.6.2 Do encaminhamento das demandas

A ORDEM DE FORNECIMENTO (OF) é o instrumento normativo padrão para formalização das demandas à CONTRATADA. A critério do CONTRATANTE, esse instrumento poderá ser substituído por registros eletrônicos

em sistema informatizado hábil – inclusive no que diz respeito ao registro de requisições de serviços associados ao contrato.

Encaminhadas as demandas à CONTRATADA, mediante ORDEM DE FORNECIMENTO, a ciência do PREPOSTO deve ser registrada em até, no máximo, 01:00 (uma) hora útil após recebimento do documento, na forma hábil pactuada entre as partes (inclusive por intermédio de sistema informatizado). Decorrido esse prazo e não firmada a ciência espontânea, o CONTRATANTE considerará a ORDEM DE FORNECIMENTO como recebida pela CONTRATADA, passando, desta forma, a contar os prazos estabelecidos de execução.

A ORDEM DE FORNECIMENTO conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Numeração de identificação (ID);
- b) Título e descrição da solicitação;
- c) Identificação do Gestor do Contrato;
- d) Identificação do responsável pela demanda na área requisitante (Fiscal Requisitante);
- e) Especificações quanto ao tipo e ao volume da demanda (incluindo descrição de macro-atividades a serem executadas, quando aplicável);
- f) Especificação quanto a prazos de execução;
- g) Expectativa de remuneração, quando for o caso; e
- h) Outras informações necessárias.

Os prazos específicos, quando não fixados no modelo de execução, serão consignados na respectiva ORDEM DE FORNECIMENTO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão considerados horas corridas e/ou dias úteis – conforme o caso.

As ORDENS DE FORNECIMENTO serão numeradas sequencialmente a partir da primeira ordem emitida acompanhada com o ano correspondente ao de sua abertura, podendo ser abertas e gerenciadas por meio de sistema informatizado. Um modelo genérico de ORDEM DE FORNECIMENTO é apresentado no **ENCARTE E**, sendo que, a critério do CONTRATANTE, este modelo poderá ser alterado a qualquer tempo para atender às necessidades do órgão – devendo manter as informações mínimas necessárias à sua correta execução.

A abertura de ORDENS DE FORNECIMENTO observará a capacidade de gestão do CONTRATANTE para acompanhar as demandas, considerando suas necessidades e prioridades.

O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, visando a promover melhorias e/ou correções no processo de gestão do contrato, alterar o protocolo de gestão de ORDENS DE FORNECIMENTO, desde que respeitadas as premissas definidas em EDITAL e mediante prévia comunicação à CONTRATADA.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a executar o contrato firmado, negando o recebimento ou o atendimento à ORDENS DE FORNECIMENTO, exceto nas situações previstas em LEI.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução do objeto impactando os prazos, os custos, a quantidade ou a qualidade a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério do CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas e, por consequência, incidir em apuração de eventual descumprimento contratual.

4.6.3 Dos relatórios de serviço de garantia/assistência técnica

A CONTRATADA deverá disponibilizar RELATÓRIOS DE SERVIÇO DE GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA com o objetivo de demonstrar as atividades realizadas, os indicadores de nível de serviço e, se houver, as intercorrências técnicas relacionadas à execução dos serviços.

Objetivando a atestar a veracidade e a fidedignidade das informações e dados apresentados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, a seu critério, exigir a comprovação das informações prestadas pela CONTRATADA, cuja recusa, morosidade ou comprovada má-fé em prover tais informações é passível de sanção através da aplicação das penalidades administrativas e contratuais cabíveis.

4.6.4 Da transição contratual

A TRANSIÇÃO CONTRATUAL inicial, a fim de preparar a CONTRATADA a assumir integralmente as obrigações advindas com o CONTRATO, deverá ser viabilizada sem ônus adicional ao CONTRATANTE, e será baseada em reuniões técnicas e repasse de informações.

O processo de TRANSIÇÃO CONTRATUAL se inicia a partir do momento em que a CONTRATADA assume as responsabilidades pela execução do objeto.

QUADRO 4: DESCRIÇÃO DOS EVENTOS DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL.

Eventos de transição contratual			
EVENTO	PRAZO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE
E ₁	-	Assinatura do CONTRATO	CONTRATANTE / CONTRATADA
E ₂	E ₁ + 5 dias	REUNIÃO INICIAL	CONTRATANTE / CONTRATADA
E ₃	E ₁ + 10 dias	Apresentação da GARANTIA CONTRATUAL	CONTRATADA
E ₄	-	Emissão de ORDEM DE FORNECIMENTO	CONTRATANTE
E ₅	E ₂ + 5 dias	Início da execução do CONTRATO	CONTRATADA

5 Modelo de gestão do contrato

O Modelo de Gestão do CONTRATO contempla as condições para gestão e fiscalização da execução contratual, conforme disposto no art. 19 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019.

5.1 Monitoramento da execução contratual

5.1.1 Da fiscalização do contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução do CONTRATO consiste na verificação da conformidade da execução do objeto, dos materiais, técnicas e equipamentos fornecidos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993, a ser exercido pelos seguintes representantes da CONTRATANTE especialmente designados:

- GESTOR DO CONTRATO: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- FISCAL TÉCNICO: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;
- FISCAL REQUISITANTE: servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e
- FISCAL ADMINISTRATIVO: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

5.1.2 Do recebimento do objeto e da avaliação de qualidade e conformidade

O OBJETO contratado será recebido, como parte do processo de monitoramento da execução, de forma provisório e definitiva, conforme prevê o artigo 73 da Lei 8.666/93 e o art. 33 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD, observando o disposto a seguir.

5.1.2.1 Recebimento Provisório

O recebimento provisório será realizado pelo FISCAL TÉCNICO do CONTRATO quando da entrega do OBJETO resultante de cada ORDEM DE FORNECIMENTO e consiste na emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO que, por sua vez, consiste na “declaração formal de que os bens foram entregues, para posterior análise das conformidades e qualidades baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação, de acordo com a alínea “a” do inciso I, e alínea “a” do inciso II do art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993” (inc XXI do art. 2º da IN-01/2019/SGD).

5.1.2.2 Avaliação da qualidade e da conformidade dos bens entregues

Após o recebimento provisório os fiscais TÉCNICO, REQUISITANTE e ADMINISTRATIVO realizarão análise dos bens entregues, considerando:

- a) A avaliação da qualidade dos bens entregues a partir da aplicação de listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em CONTRATO;
- b) Identificação de não conformidade com os termos contratuais;
- c) Verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do CONTRATO;
- d) Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do CONTRATO;
- e) Encaminhamento à CONTRATADA das eventuais demandas de correção, a cargo do Gestor do CONTRATO ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do CONTRATO;
- f) Encaminhamento de eventuais glosas e sanções por parte do Gestor do CONTRATO para a Área Administrativa.

Caso sejam verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o GESTOR DO CONTRATO deve indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas medidas de correção.

5.1.2.3 Recebimento Definitivo

Concluída a avaliação da qualidade e da conformidade dos bens entregues, provisoriamente recebidos pela equipe de fiscalização, o FISCAL REQUISITANTE e o FISCAL TÉCNICO efetuará o recebimento definitivo do objeto através da confecção e assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, com base nas informações da etapa de avaliação da qualidade e conformidade da entrega. Ao Gestor do CONTRATO, após emitido o TRD, incumbe autorizar o PREPOSTO da CONTRATADA emitir a NOTA(S) FISCAL(IS) para fins de faturamento.

Para os itens 1 e 2 do objeto contratado, o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO só será emitido após a execução das atividades de INSTALAÇÃO dos bens, a ser realizado pela CONTRATADA no prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega do produto, conforme condições definidas neste Termo de Referência.

Observando de forma complementar o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 50 da IN nº 05/SEGES/MPDG, de 26/05/2017, quando houver glosa parcial, o GESTOR deverá comunicar a empresa para que emita a(s) NOTA(S) FISCAL(IS) com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

5.1.2.4 Procedimentos e prazos para emissão de notas fiscais

A apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da autorização de faturamento emitida pelo CONTRATANTE (TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO). Sendo que o pagamento somente será autorizado após ATESTE pelo(s) servidor(es) competente(s), condicionado este ato à verificação da conformidade e da adequação em relação ao objeto executado.

Além dos requisitos fiscais adequados a NOTA FISCAL deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de execução do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.1.3 Dos procedimentos administrativos de pagamento

Após recebimento e ateste da(s) Nota(s) Fiscal(is) o GESTOR do CONTRATO encaminhará a documentação para à Área Administrativa competente para verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do FISCAL ADMINISTRATIVO do CONTRATO.

A (s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhada(s) da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no § 4º do art. 3º da Instrução Normativa nº 2, de 11 de outubro de 2010.

O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a(s) Nota(s) Fiscal(is) apresentada(s) expressa(m) os elementos necessários e essenciais à conformidade do documento, conforme definido na legislação aplicável.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.1.3.1 Dos prazos para pagamento

Recebida a NOTA FISCAL pela Área Administrativa competente o pagamento das obrigações deverá ocorrer no prazo previsto no CONTRATO, limitado ao quinto dia útil subsequente ao recebimento da(s) NOTA(S) FISCAL(IS) para despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, observado o disposto no seu §1º, ou a 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da NOTA FISCAL, para os demais casos. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ORDEM BANCÁRIA para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212/1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP 05/2017, quando couber.

É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.1.3.2 Do atraso nos pagamentos

Na forma da Lei, a CONTRATADA tem direito ao pagamento de compensação financeira incidente sobre os valores das parcelas pagas com atraso imputável, exclusivamente, à ADMINISTRAÇÃO e desde que não tenha concorrido de alguma forma para tanto, nos termos do art. 15 da Lei nº 10.192/2001 e do art. 54 da Lei nº 8.666/1993, calculada da seguinte forma:

<p style="text-align: right;">$EM = I \times N \times VP$</p> <p>Sendo: EM = encargos moratórios N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira (cujo valor é de 0,00016438)</p>
--

5.1.3.3 Da constatação de irregularidade no SICAF

Nos termos do item 5.1.3, antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no EDITAL. Constatando-se a situação de IRREGULARIDADE da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS¹, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

A consulta ao SICAF tem por objetivo identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

¹ O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decidida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

5.2 Aplicação de instrumentos de medição de resultados

5.2.1 Da aplicação dos critérios de aceitação

Será REJEITADO, no todo ou em parte, o bem fornecido em desacordo com as especificações constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA e seus ANEXOS. Ainda, conforme o art. 69 da Lei 8.666/1993, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

Só haverá o RECEBIMENTO DEFINITIVO (HOMOLOGAÇÃO), após a análise da qualidade dos bens entregues, em face da aplicação dos critérios de qualidade e da verificação da conformidade e das condições exigidas em EDITAL, resguardando-se ao CONTRATANTE o direito de não receber o objeto cuja qualidade seja comprovadamente baixa – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste TERMO DE REFERÊNCIA e no CONTRATO. Quando for caso, a empresa será convocada a refazer a execução do objeto rejeitado, sem custo adicional a CONTRATANTE.

5.2.2 Dos critérios de aplicação de reduções ao pagamento

Nos termos do Anexo V da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) Não produziu os resultados acordados;
- b) Deixou de executar o objeto contratado, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos exigidos para a execução do objeto e/ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A aplicação de descontos/glosas em função do descumprimento de critérios de qualidade, avaliação de conformidade e/ou condições exigidas contratualmente não concorre com a aplicação (concomitante ou não) das sanções administrativas previstas em CONTRATO, inclusive daquelas previstas em função do reiterado descumprimento dos critérios de qualidade da execução do objeto, sendo essa uma prerrogativa conferida à Administração.

5.2.3 Dos procedimentos de testes e inspeções

O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à execução do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

5.2.4 Origem e forma de obtenção de informações para gestão e fiscalização

Durante a execução contratual será mantido histórico de gestão do CONTRATO, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução, por ordem histórica, a cargo do GESTOR do CONTRATO, com apoio dos Fiscais REQUISITANTE, TÉCNICO e ADMINISTRATIVO.

Após a assinatura do CONTRATO e indicação formal dos responsáveis por sua gestão e fiscalização, será elaborado referencial com base no MODELO DE GESTÃO com definição dos processos de fiscalização do CONTRATO, contendo a metodologia de fiscalização, os documentos ou as ferramentas, computacionais ou não, e controles adotados, recursos materiais e humanos disponíveis e necessários à fiscalização, entre outros.

5.3 Sanções administrativas

A finalidade das sanções administrativas em licitações e contratos públicos é responder à prática de infração administrativa cometida pelo sancionado – podendo ter caráter preventivo, educativo, repressivo e/ou reparativo (quando se busca a reparação de danos ao erário público).

Nos termos da LEI Nº 10.520/2002, comete infração administrativa a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

As sanções administrativas fixadas nas normas, aplicadas aos LICITANTES e CONTRATADOS, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e o descredenciamento no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784, de 29/01/1999.

Será observado, ainda, as disposições da Portaria MEC nº 120, de 2016, que institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Conforme previsto no art. 40 da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, as penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

5.3.1 Advertência

A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à CONTRATADA, após a instauração do processo administrativo sancionador, sendo aplicada quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves – assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à Administração em decorrência da execução do objeto contratado.

A advertência deve conter o apontamento do fato gerador, determinando que seja sanada a impropriedade e notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada.

5.3.2 Multa

A sanção de multa tem natureza pecuniária e sua aplicação se dará quando houver atraso injustificado no cumprimento de obrigação contratual e/ou em decorrência da inexecução parcial ou total do objeto da contratação, nos termos do art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

Pela inexecução total ou parcial do objeto, a ADMINISTRAÇÃO pode aplicar à CONTRATADA multa de:

- a) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor global do contrato por dia de atraso na apresentação da GARANTIA (seja para apresentação inicial, reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato

- b) 0,25% a 2,00% sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% do valor total adjudicado, conforme detalhamento constante nos QUADROS a seguir;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao máximo previsto nos indicadores de níveis mínimos de serviço, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- d) 15% (quinze por cento) sobre o valor total adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

A multa listada na alínea “b” acima será aplicada segundo os seguintes graus de escalonamento:

QUADRO 5: RELAÇÃO DE GRADAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA DE VALORES PARA APLICAÇÃO DE MULTAS.

Gradação e correspondência de multas	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Multa de 0,25% sobre o valor da parcela inadimplida
2	Multa de 0,50% sobre o valor da parcela inadimplida
3	Multa de 1,00% sobre o valor da parcela inadimplida
4	Multa de 2,00% sobre o valor da parcela inadimplida

Dentre as demais previsões contidas na legislação aplicável, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação da multa listada na alínea “b” acima, de acordo com os níveis de gradação definidos, quando for observada a ocorrência das seguintes infrações, sendo que penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si:

QUADRO 6: RELAÇÃO DE INFRAÇÕES E GRADAÇÃO DE REFERÊNCIA PARA APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE MULTA

Eventos de referência passíveis da aplicação da sanção de multa			
ID	DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE INFRAÇÃO	MÉTRICA	GRAU
EM-1	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato E/OU atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	1
EM-2	Deixar de cumprir os requisitos legais, sociais e ambientais relacionados ao objeto contratado, conforme previsto nos requisitos da contratação E/OU deixar de cumprir qualquer outra obrigação contratual explícita ou derivada E/OU deixar de atender a qualquer outro requisito específico dos serviços contratados (explícitos ou derivados).	Por evento/requisito, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
EM-3	Executar, durante a vigência contratual, atividade incompleta ou paliativa como por permanente E/OU deixar de realizar a complementação de atividade em razão de incompletude E/OU situação correlata.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
EM-4	Utilizar as dependências ou os recursos do CONTRATANTE para fins estranhos à execução do objeto do CONTRATO E/OU executar o objeto em desacordo com as instruções e normas internas do CONTRATANTE.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
EM-5	Permitir que seus funcionários realizem atividades sem a identificação obrigatória ou sem a utilização de EPI - Equipamento de Proteção Individual (quando o uso de tais equipamentos for necessário) E/OU permitir situação que crie possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais E/OU não instalar EPC (Equipamento de Proteção Coletiva), quando necessário.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
EM-6	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada E/OU recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária, quando solicitado.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
EM-7	Utilizar ou manter na execução do objeto, durante a vigência contratual, funcionário que imprima conduta inconveniente, incompatível com suas atribuições, em desacordo às normas legais e/ou descordo às normas internas estabelecidas pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3

Eventos de referência passíveis da aplicação da sanção de multa			
ID	DESCRIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE INFRAÇÃO	MÉTRICA	GRAU
EM-8	Recusar-se a entregar ao CONTRATANTE qualquer documentação amparada pelo objeto do CONTRATO ou prevista nas obrigações da CONTRATADA, ou entregá-la com de forma incompleta ou com atraso E/OU fornecer propositalmente, durante a execução contratual, informação incorreta, incompleta ou falsa.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
EM-9	Deixar de cumprir horários relacionados à execução do objeto E/OU deixar de cumprir critérios de disponibilidade E/OU deixar de cumprir requisitos de cobertura ou quaisquer outros requisitos obrigatórios do objeto contratado, conforme estabelecido em CONTRATO ou determinado, por escrito, pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
EM-10	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do CONTRATO.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
EM-11	Recusar-se a executar atividade amparada pelo objeto do CONTRATO E/OU recusar-se a corrigir erros ou falhas na execução do objeto contratado, incluindo o cumprimento da garantia técnica.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
EM-12	Recusar, suspender ou interromper a execução do objeto contratado, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
EM-13	Destruir ou danificar equipamentos ou documentos de propriedade do CONTRATANTE E/OU expor o ambiente tecnológico do CONTRATANTE a riscos de Segurança da Informação, por culpa ou dolo de seus agentes.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
EM-14	Descumprir reiteradamente critérios de qualidade e/ou condições exigidas contratualmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado, resultando na indisponibilidade de meios de execução do objeto contratado e/ou no comprometimento dos benefícios e funcionalidades da contratação.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
EM-15	Agir com dolo ou má-fé durante a execução contratual perante os compromissos assumidos contratualmente E/OU praticar atos de má-fé ciente das consequências que possam vir a ocorrer E/OU praticar de modo a beneficiar-se indevidamente dos resultados.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
EM-16	Manipular, por quaisquer meios ou estratégias, indicadores e/ou relatórios de serviço e/ou bases de dados das ferramentas gerenciais de modo a alterar e/ou interferir indevidamente nos resultados do objeto executado e/ou nas avaliações de qualidade e/ou nos indicadores estabelecidos.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
EM-17	Deixar de efetuar encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	Por evento/infração, por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4

As sanções de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a multa, conforme § 2º do art. 87 de Lei nº 8.666, de 1993.

Ao exceder o limite máximo admitido de infrações durante a vigência contratual OU mediante o reiterado descumprimento de critérios de qualidade e/ou condições exigidas contratualmente OU diante da reiterada aplicação de sanções contratuais, a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE deverá avaliar a possibilidade de promover a rescisão do CONTRATO em função da INEXECUÇÃO TOTAL ou PARCIAL do OBJETO, da perda de suas funcionalidades e da comprovada desconformidade com os critérios mínimos de qualidade exigidos – ressalvada a aplicação adicional de outras sanções administrativas cabíveis, respeitados os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório.

5.3.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão

A sanção de suspensão de participar em licitações e contratar com o órgão sancionador suspende o direito do sancionado de participar dos procedimentos licitatórios promovidos no âmbito do órgão responsável pela aplicação da sanção por prazo não superior a 02 (dois) anos. A previsão legal está inserida no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3.4 Impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União

A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades da União, prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002, impossibilitará o sancionado de participar de licitações e formalizar contrato no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção – no presente caso, a União.

O descredenciamento no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal (SICAF) se dará com a aposição da situação “inativo” sobre os dados do fornecedor no sistema, em consequência da aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

5.3.5 Declaração de inidoneidade

A sanção de declaração de inidoneidade impossibilitará o sancionado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e vigorará enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE pelos prejuízos causados

5.3.6 Considerações finais acerca das sanções administrativas

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e/ou
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

SEÇÃO III – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DO ORÇAMENTO

6 Estimativa de preços e adequação orçamentária

6.1 Estimativa de preços

A estimativa de preço da contratação foi realizada pela EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO para elaboração do orçamento detalhado, composta por preços unitários e fundamentada em PESQUISA DE PREÇOS realizada em conformidade com os procedimentos administrativos estabelecidos na Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 27 de julho de 2014, e suas atualizações. Os documentos utilizados para embasar a pesquisa de preços integram o Processo Administrativo de contratação, dos quais obteve-se o seguinte resultado consolidado:

QUADRO 7: ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS (EM REAIS / POR ITEM)	
					UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Biblioteca de Backup Automatizada (<i>Tape Library</i>) com 2 (dois) drives LTO 6 e 4 (quatro) drives LTO 8, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	11584	Unidade	1	R\$ 172.493,67	R\$ 172.493,67
2	Switch Fibre Channel com 24 portas de 16 Gbps licenciadas e habilitadas, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	122971	Unidade	2	R\$ 96.904,50	R\$ 193.809,00
3	Cartuchos de fita magnética padrão LTO 8, contemplando etiquetas com código de barras e garantia de 12 (doze) meses.	11142	Unidade	50	R\$ 1.206,02	R\$ 60.301,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO:					R\$ 426.603,67	

6.2 Adequação orçamentária

Na forma do art. 21 da Instrução Normativa nº 01/2019, a adequação orçamentária e o cronograma físico-financeiro contêm a estimativa do impacto econômico-financeiro no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso e o cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas:

QUADRO 8: DETALHAMENTO DO ORÇAMENTO ESTIMADO.

Orçamento detalhado				
AÇÃO:				
PLANO ORÇAMENTÁRIO:				
PROGRAMA DE TRABALHO: PTRES: PLANO INTERNO: FONTE:				
ITEM	NATUREZA	EXERCÍCIO	UNITÁRIO	TOTAL
1	GND-4	2020	R\$ 172.493,67	R\$ 172.493,67
2	GND-4	2020	R\$ 96.904,50	R\$ 193.809,00
3	GND-4	2020	R\$ 1.206,02	R\$ 60.301,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO:				R\$ 426.603,67

SEÇÃO IV – DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7 Da classificação do objeto e do regime de execução

7.1 Classificação do objeto

7.1.1 Do tipo de bem

Quanto ao tipo bem, em conformidade com o art. 1º da LEI N° 10.520/2002, para fins de avaliação da aplicabilidade do DECRETO N° 10.024/2019, o objeto pretendido enquadra-se como “**BEM COMUM**” por apresentar, independentemente de sua complexidade, “padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

7.1.2 Do regime de execução

O objeto será contratado mediante **EXECUÇÃO INDIRETA** pelo regime empreitada por preço unitário, forma pela qual a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA contrata com terceiros a realização de fornecimento de bens.

8 Dos critérios de seleção do fornecedor

Na forma dos arts. 23 e 25 da IN/01//2019/SGD-ME, são apresentados a seguir as definições a serem aplicadas na fase de SELEÇÃO DO FORNECEDOR, observando-se as demais disposições legais e normativas aplicáveis às contratações públicas.

8.1 Modalidade e tipo de licitação

8.1.1 Da modalidade de licitação e do critério de julgamento

Considerando a natureza dos bens pretendidos, o disposto no §1º do art. 1º do DECRETO N° 10.024/2019 e o disposto no § único do art. 26 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME N° 01, de 04 de abril de 2019, a licitação será realizada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO** observando, como critério de julgamento, o valor por **ITEM**.

8.1.2 Do parcelamento ou não parcelamento da solução

O objeto pretendido está dividido em 3 (três) itens, considerando ser tecnicamente viável o seu parcelamento, visto que não traz qualquer prejuízo ao funcionamento da infraestrutura da solução de backup, mesmo tratando-se de uma solução integrada, além de permitir a ampliação da competitividade no certame e abrindo espaço para que diferentes fornecedores participem de uma disputa pelo menor preço em um pregão de ampla concorrência.

8.2 Critérios de seleção do fornecedor

Considerando o disposto no art. 23 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME N° 01/2019, estão detalhados a seguir os CRITÉRIOS TÉCNICOS para seleção do fornecedor. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no EDITAL.

8.2.1 Dos critérios técnicos de habilitação

Será requerido das empresas LICITANTES, para fins de **HABILITAÇÃO TÉCNICA**, mediante apresentação de documentação hábil, a demonstração do atendimento ao seguinte conjunto de requisitos mínimos²:

- a) Apresentação de **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**, nos termos do item 8.2.1.1; e
- b) Apresentação de **PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS**, nos termos do item 8.2.1.2.

É facultado ao CONTRATANTE a instauração de diligência destinada a esclarecer ou a confirmar a veracidade das informações prestadas pela CONTRATADA na fase de habilitação técnica, incluindo todos os eventuais documentos anexados.

8.2.1.1 Da comprovação da capacidade técnica

Para efeito de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional mínima adequada para a execução do OBJETO pretendido mediante comprovação de prestação bem-sucedida

² Os requisitos estabelecidos pelo CONTRATANTE para comprovação de capacidade técnica foram fixados à luz da aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e de forma adequada aos itens, etapas ou parcelas de maior relevância para a contratação.

do fornecimento dos bens em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos mínimos:

Execução e aptidão no fornecimento de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do volume de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, incluindo garantia e assistência técnica, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, podendo considerar contratos já executados e/ou em execução³.

Os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA devem atender, ainda, ao seguinte:

- a) Os ATESTADOS devem evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação - contendo descrição adequada, clara e suficiente do objeto executado(s) ou em execução;
- b) Os ATESTADOS devem conter a identificação do(s) contrato(s) vinculado(s) e do(s) período(s) a que se referem o objeto executado, podendo considerar contratos já executados ou em execução⁴;
- c) Os ATESTADOS deverão referir-se a objeto executado no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente do LICITANTE; e
- d) Será admitido o somatório de ATESTADOS para comprovar a capacidade técnico-operacional do LICITANTE.

A critério do CONTRATANTE, nas **situações em que julgar necessário**, poderão ser realizadas **inspeções e diligências** com a finalidade de entender, esclarecer e/ou comprovar as informações contidas no(s) ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA entregue(s) – nos termos do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. Assim como poderão ser solicitadas cópias de **documentos complementares** como contratos, notas fiscais e notas de empenho. Porém, não serão executadas diligências para acrescentar informações obrigatórias ausentes no(s) atestado(s) apresentado(s).

A eventual recusa do(s) emitente(s) do(s) ATESTADO(S) em prestar esclarecimentos e/ou fornecer documentos comprobatórios, ou sofrer diligências, ou a constatada inexistência das informações atestadas, **desconstituirá** o(s) ATESTADO(S) – o que poderá, inclusive, configurar prática criminosa, ensejando comunicação ao Ministério Público Federal e abertura de Processo Administrativo Disciplinar, conforme o caso, para fins de apuração de responsabilidades.

No caso de atestados emitidos por empresas privadas, **não serão admitidos** aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial⁵ da empresa proponente. São consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial as empresas controladas ou controladoras da CONTRATADA proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócia ou possua vínculo com a empresa emitente. Ainda, com respeito aos ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA:

- a) Devem estar relacionados ao objeto da licitação;
- b) Devem ser pertinentes e compatíveis às características, quantidades e prazos exigidos na licitação;
- c) Poderão ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com correta identificação do emissor;
- d) Devem ser emitidos sem rasuras, acréscimos ou entrelinhas;
- e) Devem estar assinados por quem tenha competência para expedir-los, tais como representantes legais do órgão/empresa, diretores, gerentes e representantes formais das áreas técnica ou demandante (sem se limitar a esses);
- f) Devem conter identificação clara e suficiente do Atestante;

³ Tal exigência visa a evitar que o somatório de atestados acumulados durante longo período atinja o quantitativo mínimo exigido, não resultando, porém, na comprovação da efetiva capacidade logística e operacional do LICITANTE para executar o objeto (Acórdãos TCU nº 2.048:2006-Plenário e 1.287:2008-Plenário).

⁴ Tal exigência visa a evitar que o somatório de atestados acumulados durante longo período atinja o quantitativo mínimo exigido, não resultando, porém, na comprovação da efetiva capacidade logística e operacional do LICITANTE para executar o objeto (Acórdãos TCU nº 2.048:2006-Plenário e 1.287:2008-Plenário).

⁵ Grupo de empresas mantido sob a direção, controle ou administração de outra, embora tendo, cada uma delas, personalidade jurídica própria e autonomia individual, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica.

- g) Devem apresentar redação clara, sucinta e objetiva que demonstre de forma inequívoca o atendimento ao objeto da requisição.

Convém destacar que, na análise dos atestados de capacidade técnica, o CONTRATANTE primará pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor da licitação. Assim, preservada a aderência aos ditames legais e constitucionais fundamentais, o exame documental balizar-se-á nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado – o que, por óbvio, não significa que serão admitidos quaisquer informalismos.

8.2.1.2 Da proposta técnica e de preços

A PROPOSTA de preços deverá ser apresentada de acordo com o modelo do **ENCARTE D**, contendo o resumo da proposta de preços – observando estritamente a descrição dos itens e os quantitativos listados no **QUADRO 1** deste TERMO DE REFERÊNCIA, de forma a garantir a permitir seu adequado julgamento – e a documentação técnica da solução ofertada. A PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS deverá ter prazo de validade não inferior a 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS a partir da data da sessão pública.

Nos preços cotados deverão estar incluídas todas as despesas direta e indiretamente envolvidas na execução do objeto, tais como: transporte, seguros, encargos sociais, encargos fiscais e taxas comerciais, impostos, taxas de contribuição, tarifas públicas e quaisquer outros custos, quando aplicáveis, necessários ao integral cumprimento do objeto contratado. Deverão estar contidos ainda, se for o caso, todos os custos marginais referentes aos profissionais eventualmente designados para a prestação dos serviços, tais como: deslocamentos, hospedagens, treinamentos, etc. A LICITANTE deverá declarar, no momento de sua PROPOSTA, que possui capacidade técnica adequada para executar o objeto da licitação atendendo aos critérios de qualidade e as condições exigidas em EDITAL, cumprindo os requisitos especificados para a presente contratação.

A PROPOSTA deverá ser redigida em Língua Portuguesa (pt-BR), salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada, sendo clara e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, com todos os preços expressos em REAIS (R\$) e declaração expressa de que os bens ofertados atendem aos requisitos técnicos especificados no TERMO DE REFERÊNCIA.

Junto à PROPOSTA, deverá ser apresentada DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE, conforme modelo constante do **ENCARTE I**, para fins de comprovação de aderência aos requisitos da Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e ciência de aplicação do disposto nos artigos 31 a 33 da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 e nos artigos 13 a 18 do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, principalmente, no que diz respeito à Logística Reversa.

O LICITANTE é o único responsável pelas informações sobre tributos. Não caberá qualquer reivindicação para majoração de preços em virtude de possíveis equívocos cometidos. Firmado o CONTRATO, será admitida correção/alteração de preços quando houver alteração da respectiva legislação tributária que rege a operação objeto do instrumento contratual OU quando tais alterações se derem após a data estabelecida para apresentação da PROPOSTA.

8.2.2 Critérios de julgamento

A LICITANTE será considerada tecnicamente **habilitada** se restar inequivocamente comprovado atender integralmente ao disposto nos critérios técnicos de habilitação, dessa forma:

- a) Tenha apresentado sua PROPOSTA DE PREÇOS em conformidade com o atendimento dos requisitos estabelecidos em EDITAL⁶; e
- b) Tenha comprovado sua capacidade técnico-operacional através da apresentação de ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que atendam aos requisitos estabelecidos em EDITAL.

A LICITANTE será considerada **inabilitada** caso não comprove inequívoco atendimento aos critérios técnicos de habilitação e/ou deixe de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação e/ou apresente

⁶ Nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017, será desclassificada a proposta que “contenha vício insanável ou ilegalidade, que apresente preço superior ao máximo fixado, ou apresentar preço manifestadamente inexequível”. Erros sanáveis no preenchimento da proposta não constituem motivação para sua desclassificação, situação na qual o pregoeiro poderá conceder prazo para ajuste pelo licitante.

documentos em desacordo com o estabelecido, não se admitindo complementação posterior (exceto àquelas requisitadas em procedimento de DILIGÊNCIA). Durante a avaliação documental poderá o CONTRATANTE solicitar prazo adicional com o objetivo de promover análise minuciosa dos documentos apresentados.

Ainda, na forma do art. 48 da LEI N° 8666/1993:

Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

8.2.3 Critérios de aceitabilidade de preços unitários e globais

Os critérios de **aceitabilidade de preços** serão:

a) Valores unitários máximos: conforme QUADRO de composição de preços apresentado abaixo:

ITEM	CATMAT	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS (EM REAIS / POR ITEM)	
				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	11584	Unidade	1	R\$ 172.493,67	R\$ 172.493,67
2	122971	Unidade	2	R\$ 96.904,50	R\$ 193.809,00
3	11142	Unidade	50	R\$ 1.206,02	R\$ 60.301,00

Não serão aceitos PREÇOS IRRISÓRIOS E/OU INEXEQUÍVEIS, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos, apresentação de documentações complementares ou por meio de diligências necessárias, na forma do § 3º art. 43 da Lei nº 8.666/93:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

[...]

§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Considera-se que são POTENCIALMENTE INEXEQUÍVEIS aquelas propostas que inviabilizem a execução do CONTRATO, por apresentarem preços que não reflitam os custos dos insumos necessários e tributos incidentes, em bases de mercado. Havendo indício de inexequibilidade da proposta, será instaurada diligência para que o licitante ofertante da proposta possa comprovar sua exequibilidade.

Para comprovar a exequibilidade de sua proposta, o LICITANTE deverá apresentar justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados com os custos e despesas necessários à completa execução do objeto contratual, sendo garantido tratamento sigiloso aos documentos apresentados.

São exemplos de documentações complementares que poderão ser solicitadas da LICITANTE provisoriamente classificada em primeiro lugar para comprovar a exequibilidade dos preços ofertados:

- CONTRATO(S) com objeto e preços compatíveis aos ofertados pelo LICITANTE para a presente contratação, acompanhado(s) de notas fiscais e declaração(ões) do CONTRATANTE que comprovem a execução satisfatória do objeto;
- MEMÓRIA DE CÁLCULO, registros ou evidências que comprovem a viabilidade do valor ofertado, baseando-se, primariamente, nos parâmetros de custos de insumos, salários, incidência de custos indiretos, tributos e lucro.

Antes de ter sua proposta desclassificada por inexequibilidade, ao LICITANTE será franqueada oportunidade de defesa, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório.

SEÇÃO V – DAS DEMAIS CONDIÇÕES APLICÁVEIS

9 Demais condições gerais

9.1 Da garantia de execução

O adjudicatário prestará GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, nos moldes do art. 56 da LEI Nº 8.666/1993, com validade durante a execução do CONTRATO e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 3% (TRÊS POR CENTO) do valor total do CONTRATO.

No prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do CONTRATO, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de GARANTIA, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da GARANTIA acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

A validade da GARANTIA, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017. A GARANTIA assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos diretos causados à ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO;
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

A modalidade SEGURO-GARANTIA somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima, observada a legislação que rege a matéria. A GARANTIA em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com correção monetária.

Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo BANCO CENTRAL DO BRASIL, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do CONTRATO, ou, se couber, na prorrogação de sua vigência, a GARANTIA deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

Se o valor da GARANTIA for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, contados da data em que for notificada. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

Será considerada extinta a GARANTIA:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do CONTRATO;
- b) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONTRATO, caso a ADMINISTRAÇÃO não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a GARANTIA, na forma prevista no EDITAL e no CONTRATO.

9.2 Do provimento de recursos necessários à execução contratual

Para a perfeita execução do objeto, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

9.3 Da propriedade intelectual

O CONTRATANTE, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e regulamentos correlatos, é o **único proprietário** de licença dos sistemas eventualmente desenvolvidos, devendo a CONTRATADA, para tanto, se for o caso, cedê-la ao CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.610/98. Desse modo, pertence exclusivamente ao CONTRATANTE:

- a) Direitos de propriedade intelectual das soluções de *software* desenvolvidas e das partes em desenvolvimento, de forma permanente, permitindo a essa a qualquer tempo distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações de licenças restritivas;
- b) Os projetos, suas especificações técnicas, documentação, códigos-fonte de programas, dados de identificação dos técnicos desenvolvedores e todos os produtos/artefatos gerados na execução do contrato, para o caso de instrução de processo de registro do Sistema no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) pelo CONTRATANTE;
- c) Os direitos permanentes de uso e instalação sobre todas as adequações das soluções software e atualizações corretivas ou a arquivos e rotinas a ele associadas, desenvolvidas em decorrência do Contrato, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE; e
- d) Todos os direitos autorais da solução, documentação, "*scripts*", códigos-fonte e congêneres desenvolvidos durante a execução dos produtos/artefatos são do CONTRATANTE, ficando proibida a sua utilização pela CONTRATADA sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

O ambiente de desenvolvimento do CONTRATANTE poderá ser replicado totalmente em ambiente seguro da CONTRATADA, em HOMOLOGAÇÃO e PRODUÇÃO, sendo de responsabilidade da empresa CONTRATADA arcar com todas as despesas de licenciamento e garantias de modo a manter os ambientes identicamente replicados e licenciados.

A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, códigos-fonte ou qualquer informação sobre a arquitetura ou documentação de soluções do CONTRATANTE – assim como dados ou metadados trafegados, produtos/artefatos desenvolvidos e entregues – ficando responsável juntamente com o CONTRATANTE por manter a segurança da informação relativa aos dados e códigos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução do objeto (período de garantia técnica).

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a aquisição de *softwares* e componentes adicionais de apoio à execução do objeto além daqueles disponibilizados pelo CONTRATANTE em seu ambiente, não havendo qualquer responsabilidade reversa ao CONTRATANTE concernente a custos de licenciamento, titularidade dos direitos de propriedade e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

As bases de dados geradas em função da execução do objeto pertencem ao CONTRATANTE e a ele devem ser, se for o caso, entregues pela CONTRATADA ao final do CONTRATO ou sempre que solicitadas.

9.4 Das condições de sigilo e segurança das informações

A CONTRATADA deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE ou por terceiros a tais documentos.

Será exigido da CONTRATADA a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que a mesma o exija dos seus empregados que venham a prestar serviços no ambiente do CONTRATANTE. Por questões de segurança, fica a CONTRATADA obrigada a estender o COMPROMISSO de

manutenção do sigilo e segurança das informações a todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na execução do CONTRATO. Sendo que o CONTRATANTE reserva o direito de proceder levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a eventualmente prestar serviços pela CONTRATADA em decorrência do contrato.

A CONTRATADA também estará sujeita ao cumprimento das diretrizes aplicáveis estabelecidas na POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES do CONTRATANTE, bem como suas respectivas NORMAS COMPLEMENTARES – às quais ao CONTRATANTE incumbe dar o devido conhecimento.

9.5 Da participação de consórcios e cooperativas

Considerando as características do objeto, não será admitida a participação de consórcios e cooperativas.

9.6 Da aplicação de direitos de preferência

Nos termos da legislação vigente, conforme previsão em Edital, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

9.7 Da admissibilidade e dos limites de subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto no todo ou em parte.

9.8 Da alteração subjetiva

É ADMISSÍVEL a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE à continuidade do CONTRATO.

9.9 Dos casos omissos

Em nenhuma hipótese os LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

10 Aprovação

Em conformidade com o §6º do art. 12 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019 o presente TERMO DE REFERÊNCIA foi elaborado pela EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO em harmonia com a legislação e a partir do ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e aprovado pelas autoridades competentes.

APROVADO E ASSINADO ELETRONICAMENTE – PROCESSO NUP 23000.022220/2020-41		
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
INTEGRANTE(S) REQUISITANTE(S)	INTEGRANTE(S) TÉCNICO(S)	INTEGRANTE(S) ADMINISTRATIVO(S)
Álvaro da Costa Rondon Neto SIAPE nº 1774842	Ulysses da Rocha Rezende SIAPE nº 1692525 Marcelo Silveira de Souza SIAPE nº 3197282	Reynaldo Leone Durães de Jesus SIAPE nº 3148464
SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO		
DELSON PEREIRA DA SILVA Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação - Substituto		
Nos termos do art. 34 da Instrução Normativa SGD/ME nº 01, de 04 de abril de 2019, o Documento de Oficialização de Demanda (DOD), o Estudo Técnico Preliminar (ETPC) e o Termo de Referência (TREF) serão disponibilizados para acesso através do seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/mec/pt-br/estudos-tecnicos-preliminares		

ENCARTE A DETALHAMENTO DOS REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES: ITEM 1

ITEM 1 - BIBLIOTECA DE BACKUP AUTOMATIZADA (TAPE LIBRARY)		
ID	DESCRIÇÃO DO REQUISITO	COMPROVAÇÃO
1	Os requisitos específicos mínimos que devem ser atendidos pelo ITEM 1 da solução são os seguintes:	
1.1	Deve ser nova, do último modelo disponível, em linha de fabricação na data da entrega e deve pertencer à última geração na respectiva linha de produtos do fabricante.	
1.2	Deve seguir o padrão EIA-310, para racks de 19" (dezenove polegadas), incluindo porcas, trilhos, parafusos e demais acessórios necessários para sua instalação em rack.	
1.3	Deve ser fornecido com todos os cabos, trilhos, tomadas, conectores, drivers, softwares, manuais e acessórios necessários para ligação/instalação e perfeito funcionamento.	
1.4	Deve ser configurada internamente com 4 (quatro) drives do tipo LTO-8 Ultrium e 2 (dois) drives do tipo LTO-6 Ultrium (com compatibilidade de leitura de fitas LTO-4 e LTO5).	
1.5	Deve possuir, no mínimo, 80 (oitenta) slots de fitas magnéticas habilitadas para uso.	
1.6	Deve vir acompanhado de 10 (dez) fitas de limpeza, compatíveis com os drivers disponibilizados, incluindo suas respectivas etiquetas com código de barras, cuja numeração será definida pelo CONTRATANTE no momento da solicitação do fornecimento.	
1.7	Independentemente da quantidade mínima de slots, exigidas no item anterior, todos os slots de armazenamento de fitas LTO disponíveis no equipamento deverão estar aptos à utilização - equipamento totalmente licenciado (licenças perpétuas).	
1.8	Deve suportar compactação de dados nativa via hardware.	
1.9	Deve ser compatível com sistemas operacionais Microsoft Windows Server 2008, 2012, 2016 e 2019, arquitetura de 64 bits.	
1.10	Deve ser compatível com os principais softwares de backup do mercado, incluindo os seguintes: Veeam Backup & Replication, Veritas NetBackup, Veritas NetBackup Enterprise Virtual Client, CommVault Intelisnap e CommVault Complete Backup & Recovery para ambientes virtuais, Arcserve Backup 12.5 e 16.5, Arcserve UDP, Dell EMC Networker, HP Data Protector.	
1.11	Deve possuir suporte ao protocolo NDMP (Network Data Management Protocol), versão 4 ou superior, para backup de dispositivos conhecidos como Network Attached Storage (NAS).	
1.12	Deve possuir painel LCD localizado na frente da biblioteca de fitas e possuir interface de rede, acessível através de navegador Web, ambos para verificar o status do sistema, executar diagnósticos, exibir logs do sistema, verificar e conjunto de configuração.	
1.13	Deve possuir interface administrativa gráfica através de acesso Web.	
1.14	Deve possuir fonte de alimentação redundante para cada módulo independente, com tensão de operação de 100V a 240V e chaveamento automático.	
1.15	Deve acompanhar cabos de força suficientes para conexão elétrica no padrão de tomadas e plugs compatíveis com o padrão de PDU existente no CONTRATANTE.	
1.16	Deve ser construída em arquitetura modular com possibilidade de expansão de slots para incremento da quantidade de Drivers.	
1.17	Deve ser compatível e suportar drivers e fitas magnéticas com tecnologias LTO-4 e LTO-5, para leitura, e LTO-6 e LTO-8, para gravação.	
1.18	Deve possuir mecanismo robotizado para a montagem automática dos cartuchos nas unidades de leitura/gravação.	
1.19	Deve possuir leitor de código de barras e/ou leitor de dispositivo eletrônico (memória) para verificação e inventário dos cartuchos de fitas no sistema robótico.	
1.20	Deve possuir capacidade para efetuar limpeza das cabeças de leitura e gravação, que poderá ser acionada por comando remoto.	
1.21	Deve oferecer gerenciamento remoto através de interface web, incluindo as principais funções de operação e monitoração do sistema.	
1.22	O gerenciamento do equipamento ofertado deverá ser realizado através de rede ethernet utilizando porta RJ45 dedicada, deve possuir recurso de análise avançada para prever falhas, gargalos e problemas de balanceamento de carga na infraestrutura de fita, além de análise de saúde da unidade, bem como do cartucho.	
1.23	Deve possuir interfaces Fiber-Channel (FC) de, no mínimo, 8 Gbps, para a realizar a comunicação dos servidores de backup com os Drivers da Tape Library.	
1.24	Deve suportar os protocolos de rede IPv6 e IPv4.	
1.25	Deve possibilitar upgrade de tecnologia de drive via troca do kit drive com o objetivo de manutenção do investimento feito no equipamento.	

1.26	Deve vir acompanhada de ferramenta de diagnóstico que permita a verificação da instalação e configuração do sistema, realize atualizações de firmware, verificação da operação do dispositivo, análise de falhas e permite realizar diagnósticos para facilitar a resolução de problemas com o dispositivo, além de emitir alertas.	
1.27	As licenças de software deverão ser ofertadas na modalidade de licenciamento perpétuo e definitivo, ou seja, não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais pelo uso do software durante e após o término do contrato	
1.28	A instalação deve ser realizada por técnicos da CONTRATADA ou do fabricante dos produtos ofertados, em até 10 (dez) dias corridos , a partir da data de entrega dos equipamentos.	
1.29	A instalação deve abranger, ao menos, as seguintes atividades: <ul style="list-style-type: none">a) Instalação física e montagem em rack;b) Instalação de todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento;c) Configuração lógica;d) Conexão e configuração, com apoio da equipe técnica do CONTRATANTE, dos mecanismos de acesso remoto necessários à configuração do equipamento.	
1.30	Ao final da instalação, a CONTRATADA deverá entregar documentação sobre a configuração dos equipamentos (contemplando configurações de rede, contas de acesso, orientações técnicas, padrões adotados, topologia, e demais requisitos correlatos que poderão ser incluídos, conforme solicitação do CONTRATANTE), e prestar repasse de conhecimento do tipo <i>hands-on</i> a uma equipe, de até 3 (três) pessoas, indicadas pelo contratante.	

ENCARTE B DETALHAMENTO DOS REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES: ITEM 2

ITEM 2 - SWITCHES FIBRE-CHANNEL		
ID	DESCRIÇÃO	COMPROVAÇÃO
2	Os requisitos específicos mínimos que devem ser atendidos pelo ITEM 2 da solução são os seguintes:	
2.1	Deve ser novo, do último modelo disponível, em linha de fabricação na data da entrega e deve pertencer à última geração na respectiva linha de produtos do fabricante.	
2.2	Deve seguir o padrão EIA-310, para racks de 19" (dezenove polegadas), incluindo porcas, trilhos, parafusos e demais acessórios necessários para sua instalação em rack.	
2.3	Deve ser fornecido com todos os cabos, trilhos, tomadas, conectores, drivers, softwares, manuais e acessórios necessários para ligação/instalação e perfeito funcionamento.	
2.4	Deve possuir 24 (vinte e quatro) portas Fibre-Channel (FC) ativas, com suporte a 4, 8 e 16 Gbps, auto detectável (<i>auto-sensing</i>), e suporte a conectores SFP FC do tipo SW (<i>short wave/multimodo</i>).	
2.5	Todas as portas deverão ser entregues em funcionamento (incluindo os conectores SFP FC) de 16 Gbps SW (<i>short wave/multimodo</i>), possibilitando a interconexão, via fibra, entre os switches SAN, Servidores, bibliotecas de backup e Unidade de Armazenamento Centralizada (<i>storages</i>).	
2.6	Todas as portas devem possuir interfaces do tipo U (Universal) com detecção e funcionamento automático como: E_Port, F_Port e FL_Port.	
2.7	Todas as portas devem ser habilitadas e licenciadas, perpetuamente, para o protocolo FC (Fibre Channel).	
2.8	Deve possuir interface USB para download de log de sistemas ou upgrades/downgrades de firmwares.	
2.9	Deve possuir interfaces ethernet (RJ-45) e serial, para gerenciamento e configuração.	
2.10	Deve suportar protocolos SSH v2, HTTP/HTTPS, SMI-S; SNMP v1/v3.	
2.11	Deve suportar integração com LDAP e RADIUS.	
2.12	Deve permitir o controle de acesso baseado em funções (RBAC).	
2.13	Deve permitir auditoria do tipo Syslog.	
2.14	Deve suportar <i>zoning</i> e controle de acesso por porta, por HBA e WWN, possibilitando, por exemplo, delimitar portas determinado grupo de ativos.	
2.15	Deve suportar criação de "zonas", limitando acesso de equipamentos ligados à SAN conforme configuração estabelecida.	
2.16	Deve implementar, no mínimo, as classes de serviço Class 2, Class 3 e Class F (inter-switch frames).	
2.17	Deve possuir ventiladores redundantes.	
2.18	Deve possuir fonte de alimentação redundante, com tensão de operação de 100V a 240V e chaveamento automático.	
2.19	Deve acompanhar cabos de força suficientes para conexão elétrica no padrão de tomadas e plugs compatíveis com o padrão de PDU existente no CONTRATANTE.	
2.20	Deve acompanhar cabos de fibra óptica multimodo 50/125 µm de, no mínimo, 15 (quinze) metros de comprimento com conectores LC para cada GBIC fornecida.	
2.21	As licenças de software deverão ser ofertadas na modalidade de licenciamento perpétuo e definitivo, ou seja, não poderão ser cobrados quaisquer valores adicionais pelo uso do software durante e após o término do contrato.	
2.22	A instalação deve ser realizada por técnicos da CONTRATADA ou do fabricante dos produtos ofertados, em até 10 (dez) dias corridos , a partir da data de entrega dos equipamentos.	
2.23	A instalação deve abranger, ao menos, as seguintes atividades: a) Instalação física e montagem em rack; b) Instalação de todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento; c) Integração ao equipamento servidor de backup e biblioteca de backup; d) Conexão e configuração, com apoio da equipe técnica do CONTRATANTE, dos mecanismos de acesso remoto necessários à configuração do equipamento.	
2.24	Ao final da instalação, a CONTRATADA deverá entregar documentação sobre a configuração dos equipamentos (contemplando configurações de rede, contas de acesso, orientações técnicas, padrões adotados, topologia, e demais requisitos correlatos que poderão ser incluídos, conforme solicitação do CONTRATANTE), e prestar repasse de conhecimento do tipo <i>hands-on</i> a uma equipe, de até 3 (três) pessoas, indicadas pelo contratante.	

ENCARTE C DETALHAMENTO DOS REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES: ITEM 3

ITEM 3 - CARTUCHO DE FITA MAGNÉTICA LTO-8		
ITEM	DESCRIÇÃO	COMPROVAÇÃO
3	Os <u>requisitos específicos mínimos</u> que devem ser atendidos pelo ITEM 3 da solução são os seguintes:	
3.1	Padrão Ultrium LTO-8, com capacidade mínima nativa (sem compressão) de 12 (doze) Terabytes.	
3.2	Permitir compressão no padrão 2,5:1, totalizando 30 (trinta) Terabytes de capacidade.	
3.3	Deve ser novo e não remanufaturado, sendo entregue em embalagem lacrada.	
3.4	Deve ser compatível com Drivers LTO-8.	
3.5	Deve ser acompanhado por etiqueta (código de barras), cuja numeração será definida pelo CONTRATANTE no momento da solicitação do fornecimento.	
3.6	Deve ser fornecido com garantia contra defeitos de fabricação pelo período mínimo de 12 (doze) meses , contabilizado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	
3.7	A CONTRATADA deverá fornecer termo de garantia contendo os prazos de início e fim da vigência em até 5 (cinco) dias úteis após a notificação da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	
3.8	A CONTRATADA deverá substituir os cartuchos defeituosos por outros novos e sem uso sempre que solicitado pela CONTRATANTE. Os cartuchos novos deverão ser enviados para a localidade informada pela CONTRATANTE, sem custo adicional.	
3.9	O prazo máximo para substituição dos cartuchos defeituosos é de 30 (trinta) dias corridos , sem custos para a CONTRATANTE, sujeitando a CONTRATADA, no caso de descumprimento, incidirá multa de 1% (um por cento) por dia adicional de atraso , calculada em relação ao valor de compra pactuado em contrato do item.	

ENCARTE D MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO:						
ÓRGÃO/UASG:						
OBJETO:	Aquisição de recursos e equipamentos para suporte e ampliação da solução de backup e recovery do centro de processamento de dados do Ministério da Educação – MEC, de acordo com as especificações, as métricas e os padrões de desempenho e de qualidade estabelecidos no Termo de Referência e em seus encartes.					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CAT	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	VALORES (EM REAIS / POR ITEM)	
					UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1	Biblioteca de Backup Automatizada (Tape Library) com 2 (dois) drives LTO 6 e 4 (quatro) drives LTO 8, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	11584	Unidade	1		
2	Switch Fibre Channel com 24 portas de 16 Gbps licenciadas e habilitadas, contemplando garantia de 60 (sessenta) meses, on-site.	122971	Unidade	2		
3	Cartuchos de fita magnética padrão LTO 8, contemplando etiquetas com código de barras e garantia de 12 (doze) meses.	11142	Unidade	50		
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:						

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:		
Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço Completo		
CEP:	Fone/Fax:	E-mail:
DADOS BANCÁRIOS:		
Agência:	Conta Corrente:	Banco:
IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP/CONTRATO:		
Nome Completo (sem abreviaturas):		
CPF:	IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDITOR:	
Cargo / Função:		
Endereço Completo:		
Cidade / UF:	CEP:	

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de execução do objeto.
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas na execução do objeto estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

Prazo de validade da proposta: (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

INSTRUÇÕES:

1. A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
2. Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).
3. Para a fase de habilitação técnica, anexo à proposta, devem ser apresentados os documentos necessários e suficientes para a comprovação do atendimento aos critérios técnicos de habilitação, conforme definido no EDITAL.
4. Conforme súmula TCU 254/2010 o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) não devem constar da composição de preços da proposta.
5. À proposta é necessário juntar cópia dos principais documentos da empresa (alteração contratual ou procuração) e do responsável (documento de identidade, CPF ou CNH).
6. Observando o disposto em EDITAL, a proposta deve ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

ENCARTE E MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento de Bens					
1. IDENTIFICAÇÃO					
Nº IDENTIFICADOR DA OFB:					
Nº CONTRATO:					
EMPRESA CONTRATADA / CNPJ:					
OBJETO DO CONTRATO:					
GESTOR DO CONTRATO: [caput art. 32 da IN 01/2019/SGD]		NOME:			
		E-MAIL:	TELFONE:	MATRÍCULA:	
FISCAL REQUISITANTE: [Inc. IV do art. 32 da IN 01/2019/SGD]		NOME:			
		E-MAIL:	TELFONE:	MATRÍCULA:	
2. ESPECIFICAÇÃO DOS BENS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE/VOLUME	VL UNITÁRIO	VL TOTAL ITEM
VALOR TOTAL ESTIMADO:					
3. CRONOGRAMA					
ITEM	PRAZO (EM DIAS)	DATA INÍCIO		DATA ENTREGA	
4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
5. CIÊNCIA DA CONTRATADA					
PREPOSTO DA CONTRATADA: [art. 32 da IN 01/2019/SGD]		NOME:			
		E-MAIL:	TELFONE:	CPF:	
Brasília/DF, ____ de ____ de ____.					

(*) Modelo meramente exemplificativo

ENCARTE F TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Este TERMO DE COMPROMISSO ("TERMO") é celebrado entre:

- A. CONTRATANTE xxxx, Endereço: xxx, Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF xxx, neste ato representado pelo Gestor do Contrato xx/xxxx, e
- B. CONTRATADA xxxxxxxx, Endereço xxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF xxxxxx, personificação xxxxxx, neste ato representada por seus respectivos procuradores abaixo assinados, na forma de seus respectivos Contratos Sociais.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA podem ser referidas individualmente como PARTE e coletivamente como PARTES, onde o contexto assim o exigir.

CONSIDERANDO QUE as PARTES estabeleceram ou estão considerando estabelecer uma relação de negócio que inclui o
XX;

CONSIDERANDO QUE as PARTES podem divulgar entre si INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, conforme definido abaixo neste instrumento, sobre aspectos de seus respectivos negócios, e em consideração da divulgação destas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS;

CONSIDERANDO QUE as PARTES desejam ajustar as condições de revelação das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, bem como definir as regras relativas ao seu uso e proteção;

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, o qual se regerá pelas considerações acima, bem como pelas cláusulas e condições a seguir:

1. Para a finalidade deste Termo, "INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS" significarão todas e quaisquer informações divulgadas por uma PARTE (de acordo com este instrumento, a "Parte Divulgadora") à outra PARTE (de acordo com este instrumento, a "Parte Recebedora"), em forma escrita ou verbal, tangível ou intangível, patenteada ou não, de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica, a qual esteja claramente marcada como CONFIDENCIAL, incluindo, entre outras, mas não se limitando a, segredos comerciais, know-how, patentes, pesquisas, planos de negócio, informações de marketing, informações de usuários, situação financeira, métodos de contabilidade, técnicas e experiências acumuladas, e qualquer outra informação técnica, comercial e/ou financeira, seja expressa em notas, cartas, fax, memorandos, acordos, termos, análises, relatórios, atas, documentos, manuais, compilações, código de software, e-mail, estudos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, modelos, amostras, fluxogramas, programas de computador, discos, disquetes, fitas, pareceres e pesquisas, ou divulgadas verbalmente e identificadas como confidenciais por ocasião da divulgação.

2. Não serão incluídas nas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS quaisquer informações que: (i) sejam geralmente conhecidas, ou subsequentemente se tornem disponíveis ao comércio ou ao público; (ii) estejam na posse legal da Parte Recebedora antes da divulgação pela Parte Divulgadora; ou (iii) sejam legalmente recebidas pela Parte Recebedora de um terceiro, desde que essas informações não tenham chegado ao conhecimento da Parte Recebedora através do referido terceiro, direta ou indiretamente, a partir da Parte Divulgadora numa base confidencial.

3. Quando a divulgação de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS for necessária para estrito atendimento de ordem judicial ou agência governamental, o mesmo se procederá da seguinte maneira: (i) a Parte Recebedora fica obrigada a comunicar o teor da determinação judicial à Parte Divulgadora no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento da ordem, no caso de se tratar de determinação para cumprimento em prazo máximo de 5 (cinco) dias; ou no prazo de uma hora a contar do recebimento, no caso de se tratar de ordem judicial para cumprimento no prazo máxima de até 48 (quarenta e oito) horas; e (ii) fica a Parte Recebedora obrigada também a enviar à Parte Divulgadora cópia da resposta dada à determinação judicial ou administrativa concomitantemente ao atendimento da mesma. A Parte Recebedora cooperará com a Parte Divulgadora para possibilitar que a Parte Divulgadora procure uma liminar ou outra medida de proteção para impedir ou limitar a divulgação dessas Informações Confidenciais.

4. A Parte Recebedora não divulgará nenhuma INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL da Parte Divulgadora a nenhum terceiro, exceto para a finalidade do cumprimento deste Termo e com o consentimento prévio por escrito da Parte Divulgadora. Além disso:

- A. A Parte Recebedora, (i) não usará as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS para interferir, direta ou indiretamente, com nenhum negócio real ou potencial da Parte Divulgadora, e (ii) não usará as Informações Confidenciais para nenhuma finalidade, exceto avaliar uma possível relação estratégica entre as Partes.
- B. As Partes deverão proteger as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que lhe forem divulgadas, usando o mesmo grau de cuidado utilizado para proteger suas próprias INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.
- C. A Parte Recebedora não revelará, divulgará, transferirá, cederá, licenciará ou concederá acesso a essas INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, direta ou indiretamente, a nenhum terceiro, sem o prévio consentimento por escrito da Parte Divulgadora, estando este terceiro, condicionado à assinatura de um Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo prevendo as mesmas condições e obrigações estipuladas neste Termo.
- D. A Parte Recebedora informará imediatamente à Parte Divulgadora de qualquer divulgação ou uso não autorizado das Informações Confidenciais da Parte Divulgadora por qualquer pessoa, e tomará todas as medidas necessárias e apropriadas para aplicar o cumprimento das obrigações com a não divulgação e uso limitado das obrigações das empreiteiras e agentes da Parte Recebedora.
- E. A Parte Recebedora deverá manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS, devendo comunicar à Parte Divulgadora, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.
- F. A Parte Recebedora obrigará seu pessoal que possa ter acesso às INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS que cumpram tais obrigações de sigilo, assinando o TERMO DE CIÊNCIA.

5. As Partes se comprometem e se obrigam a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação confidencial da outra Parte, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela Parte Divulgadora. De qualquer forma, a revelação é permitida para empresas coligadas, assim consideradas as empresas que direta ou indiretamente controlem ou sejam controladas

pela Parte neste Termo. Além disso, cada Parte terá direito de revelar a informação a seus funcionários que precisem conhecê-la, para os fins deste Termo; tais funcionários deverão estar devidamente avisados acerca da natureza confidencial de tal informação, e estarão vinculados aos termos e condições do presente Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo independentemente de terem sido avisados do caráter confidencial da informação, ficando a Parte Recebedora responsável perante a Parte Divulgadora por eventual descumprimento do Termo.

6. O intercâmbio de informações nos termos deste instrumento não será interpretado de maneira a constituir uma obrigação de uma das Partes para celebrar qualquer Termo ou acordo de negócio, nem obrigará a comprar quaisquer produtos ou serviços da outra ou oferecer para a venda quaisquer produtos ou serviços usando ou incorporando as Informações Confidenciais.

7. Cada Parte reconhece que em nenhuma hipótese este Termo será interpretado como forma de transferência de propriedade ou qualquer tipo de direito subsistido nas Informações Confidenciais da parte Divulgadora para a parte Recebedora, exceto o direito limitado para utilizar as Informações Confidenciais conforme estipulado neste Termo.

8. Este TERMO entrará em vigor por ocasião da assinatura pelas Partes. Os compromissos deste instrumento também serão obrigatórios às coligadas, subsidiárias ou sucessoras das Partes e continuará a ser obrigatório a elas até a ocasião em que a substância das Informações Confidenciais tenha caído no domínio público sem nenhum descumprimento ou negligência por parte da Parte Recebedora, ou até que a permissão para liberar essas Informações seja especificamente concedida por escrito pela Parte Divulgadora.

9. A omissão ou atraso em aplicar qualquer disposição deste Termo não constituirá uma renúncia de qualquer aplicação futura dessa disposição ou de quaisquer de seus termos. Se qualquer disposição deste Termo, ou sua aplicação, por qualquer razão e em qualquer medida for considerada inválida ou inexecutável, o restante deste Termo e a aplicação de tal disposição a outras pessoas e/ou circunstâncias serão interpretados da melhor maneira possível para atingir a intenção das Partes signatárias.

10. As PARTES concordam que a violação do presente Termo, pelo uso de qualquer Informação Confidencial pertencente à Parte Divulgadora, sem sua devida autorização, causar-lhe-á danos e prejuízos irreparáveis, para os quais não existe remédio na lei. Desta forma, a Parte Divulgadora poderá, imediatamente, tomar todas as medidas extrajudiciais e judiciais, inclusive de caráter cautelar, como antecipação de tutela jurisdicional, que julgar cabíveis à defesa de seus direitos.

11. A Parte Recebedora deverá devolver, íntegros e integralmente, todos os documentos a ela fornecidos, inclusive as cópias porventura necessárias, na data estipulada pela Parte Reveladora para entrega, ou quando não mais for necessária a manutenção das Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

12. A Parte Recebedora deverá destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham Informações Confidenciais da Parte Divulgadora, quando não mais for necessária a manutenção dessas Informações Confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste Termo.

13. A inobservância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste Termo sujeitará a Parte infratora, como também o agente causador ou facilitador, por ação ou omissão ou qualquer daqueles relacionados neste TERMO, ao pagamento, recomposição, de todas as perdas e danos, comprovadamente suportados ou demonstrados pela outra Parte, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo.

14. As obrigações de confidencialidade decorrentes do presente Termo, tanto quanto as responsabilidades e obrigações outras derivadas do presente Termo, vigorarão durante o período de 5 (cinco) anos após a divulgação de cada Informação Confidencial à Parte Recebedora.

15. O não exercício por qualquer uma das Partes de direitos assegurados neste instrumento não importará em renúncia aos mesmos, sendo tal ato considerado como mera tolerância para todos os efeitos de direito.

16. Alterações do número, natureza e quantidade das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, que permanecerá válido e com todos os efeitos legais em qualquer das situações especificadas neste Termo.

17. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das Informações Confidenciais disponibilizadas para a Parte Recebedora, em razão do presente objeto, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessário, nessas hipóteses, assinatura ou formalização de Termo Aditivo.

18. Este instrumento não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas Afiliadas, nem em obrigação de divulgar informações confidenciais para a outra Parte.

19. O fornecimento de INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS pela Parte Divulgadora ou por uma de suas Afiliadas não implica em renúncia, cessão a qualquer título, autorização de uso, alienação ou transferência de nenhum direito, já obtido ou potencial, associado a tais informações, que permanecem como propriedade da Parte Divulgadora ou de suas Afiliadas, para os fins que lhe aprovou.

20. Nenhum direito, licença, direito de exploração de marcas, invenções, direitos autorais, patentes ou direito de propriedade intelectual estão aqui implícitos, incluídos ou concedidos por meio do presente Termo, ou ainda, pela transmissão de Informações Confidenciais entre as Partes.

21. A CONTRATADA declara conhecer todas as Normas, Políticas e Procedimentos de Segurança estabelecidos pela Contratante para execução do CONTRATO, tanto nas dependências da Contratante como externamente.

22. A CONTRATADA responsabilizar-se-á integralmente e solidariamente, pelos atos de seus empregados praticados nas dependências da Contratante, ou mesmo fora dele, que venham a causar danos ou colocar em risco o patrimônio da CONTRATANTE.

23. Este TERMO contém o acordo integral de confidencialidade entre as PARTES com relação ao seu objeto. Quaisquer outros acordos, declarações, garantias anteriores ou contemporâneos com relação à proteção das Informações Confidenciais, verbais ou por escrito, serão substituídos por este Termo. Este Termo será aditado somente firmado pelos representantes autorizados de ambas as Partes.

24. Quaisquer controvérsias em decorrência deste Termo serão solucionadas de modo amistoso através do representante legal das PARTES, baseando-se nas leis da República Federativa do Brasil. E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília-DF, ____ de _____ de _____.

DE ACORDO

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunha1

Testemunha 2

ENCARTE G MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL

TERMO DE CIÊNCIA INDIVIDUAL DO COMPROMISSO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRATO	
N° DO CONTRATO:	
EMPRESA CONTRATADA / CNPJ:	
OBJETO RESUMIDO:	
VIGÊNCIA CONTRATUAL:	
TERMOS	
O(s) funcionário(s) abaixo qualificado(s) declara(m) ter pleno conhecimento de sua(s) responsabilidade(s) no que concerne ao sigilo que deve ser mantido sobre as atividades desenvolvidas ou as ações realizadas no âmbito do Contrato Administrativo nº / , bem como sobre todas as informações que eventualmente ou por força de sua(s) função(ões) venha(m) a tomar conhecimento, comprometendo-se a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e a prestar total obediência às normas de segurança da informação vigentes no ambiente do CONTRATANTE ou que venham a ser implantadas a qualquer tempo por este; em conformidade com o TERMO DE COMPROMISSO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO firmado entre as partes.	
OBSERVAÇÕES	
Digite observações, se houverem.	
DE ACORDO	
E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE CIÊNCIA é assinado pela(s) parte(s) declarante(s) em 02 (duas) vias de igual teor e um só efeito.	
Brasília (DF), / / .	
IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO(S) DECLARANTE(S)	
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Nome: Identidade: CPF: Função:	Assinatura:
Observação: Este termo deve ser impresso em papel timbrado da CONTRATADA.	

ENCARTE H MODELO DE TERMO DE GARANTIA TÉCNICA

TERMO DE GARANTIA TÉCNICA ASSOCIADA AO
CONTRATO Nº ____/____, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E A EMPRESA
.....

1. DA IDENTIFICAÇÃO DO CLIENTE:

<...>

2. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	Nº DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

3. DA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

<...>

4. DA COBERTURA DA GARANTIA:

A (Razão Social da Empresa) assegura ao cliente acima identificado garantia técnica de ____ (_____) meses aos bens fornecidos no âmbito do Contrato nº ____/____, abrangendo, entre outros, serviços técnicos de manutenção e assistência técnica aos produtos e cobertura por defeitos de fabricação, contado a partir da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto, conforme previsto em EDITAL.

A garantia dos produtos é aplicável aos defeitos de fabricação e aos problemas relacionados à instalação e/ou funcionamento/manutenção de responsabilidade da Empresa, e abrangerá os seguintes aspectos:

- A garantia cobre os defeitos de fabricação e funcionamento de qualquer parte, peça ou componente dos bens fornecidos nas condições NORMAIS de uso - de acordo com as instruções dadas nos manuais de operação que acompanham os mesmos, e que são fornecidos pelos fabricantes;
- A responsabilidade da Empresa está garantida e assegurada no sentido de solucionar e promover a substituição de um equipamento defeituoso, ou seja, equipamento que apresente defeito de fabricação;
- Garantia de manutenção e assistência técnica pela Empresa durante todo o prazo de garantia firmado neste Termo, e em observância as condições estabelecidas em EDITAL;

O prazo de garantia contra defeito de fabricação abrangerá todos os equipamentos relacionados neste Termo.

O presente Termo garante, ainda, sempre que necessário, todas as atualizações de software e firmware para os equipamentos fornecidos pela Empresa, durante o prazo de vigência estabelecido.

5. DA PERDA DA GARANTIA:

Sendo a cobertura da garantia aplicável aos defeitos de fabricação e aos problemas relacionados à instalação e/ou funcionamento/manutenção dos equipamentos, somente não estão cobertos pela garantia, entre outros defeitos/danos:

- Se os bens vierem a sofrer reparos por pessoas não autorizadas ou sofrer danos decorrentes de acidentes, quedas, golpes, impactos, variações de tensão elétrica e sobrecarga acima do especificado, ou qualquer ocorrência imprevisível, decorrentes de má utilização dos equipamentos por parte do Cliente;
- Se identificados problemas oriundos de mau uso, imperícia, negligência ou imprudência, conservação ou armazenamento inadequados ou inobservância dos manuais de operação e manutenção;

- Se identificados problemas oriundos de avarias e danos causados por agentes naturais como incêndio, inundação, infiltração de chuva/líquido, raios, descargas elétricas, etc;
- Se identificados problemas causados por alimentação elétrica, surtos, polarização ou aterramento deficiente, ou pela ligação em rede elétrica imprópria ou sujeita a flutuações excessivas.

A garantia dos produtos se conclui, também, em decorrência do encerramento do prazo de vigência previsto neste Termo.

6. DA MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Forma de Atendimento da Assistência Técnica:

- A empresa disponibiliza os canais de comunicação _____ ao Cliente para abertura de chamados ou eventuais consultas técnicas em regime 24x7 (vinte quatro horas por dia x sete dias por semana);
- Os custos telefônicos serão de responsabilidade desta Empresa através de telefones tipo 0800 ou chamada a cobrar, caso seja fornecido número local em Brasília/Distrito Federal.
- Os serviços de manutenção e assistência técnica serão prestados na modalidade on-site;
- O atendimento da Empresa poderá ser realizado inicialmente de forma remota, sendo necessário atendimento no local quando todas as possibilidades de restabelecimento remoto do equipamento tenham sido exauridas;
- O prazo de atendimento local é de 02 (duas) horas contado a partir do registro da solicitação, sendo o prazo de resolução de problemas reportado ao Cliente na data do atendimento, não sendo superior a 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da informação;
- Depois de concluído o chamado, a Empresa comunicará o fato ao Cliente e solicitará autorização para o fechamento do mesmo. Caso a Cliente não confirme a solução definitiva do problema, o chamado permanecerá aberto até que seja efetivamente solucionado pela Empresa. Nesse caso o Cliente fornecerá as pendências relativas ao chamado aberto;
- Se os bens fornecidos forem descontinuados na linha de fabricação, durante a vigência da garantia, a Empresa assegura a manutenção das condições previstas neste Termo ou providenciará a substituição por outros modelos disponíveis que executem as mesmas funcionalidades exigidas no edital, sem ônus adicionais para ao Cliente;

Caso o problema não possa ser resolvido pela assistência técnica, fica a Empresa se obriga a substituir componentes defeituosos por outros com as mesmas funcionalidades e características dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do registro técnico de identificação/recomendação da solução técnica.

Os reparos necessários deverão ser realizados no próprio local de instalação do equipamento (modalidade on-site).

Para firmeza e validade do pactuado, o presente TERMO DE GARANTIA foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pela Empresa.

..... de..... de 20.....

CONTRATADA

(*) Modelo meramente exemplificativo

ENCARTE I MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

PROPONENTE:
CNPJ/RFB:
ENDEREÇO:
<p>Declaro, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº ____/____, instaurado pelo Processo de nº _____, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.</p> <p>Estou ciente de que todos os resíduos sólidos gerados pelos produtos fornecidos que necessitam de destinação ambientalmente adequada (incluindo embalagens vazias) deverão ter seu descarte adequado, obedecendo aos procedimentos de logística reversa, em atendimento à LEI Nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto, me comprometendo a aplicar o disposto nos artigos de 31 a 33 da Lei nº 12.305/2010 e nos artigos 13 a 18 do Decreto nº 7.404/2010, principalmente, no que diz respeito à LOGÍSTICA REVERSA.</p> <p>Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Decreto nº 7746 de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.</p> <p>Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.</p> <p>Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente DECLARAÇÃO.</p>
<p>_____ de _____ de _____.</p> <p>_____</p> <p>Nome:</p> <p>RG/CPF:</p> <p>Cargo:</p>